

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
COORDENADORIA ESPECIAL DE MUSEOLOGIA
GRADUAÇÃO EM MUSEOLOGIA

Ilione Lima Alves Coutinho

A DERRUBADA DE PATRIMÔNIOS CULTURAIS NO SÉCULO XXI
E NOVOS CAMINHOS DE REPRESENTATIVIDADE

Florianópolis

2023

Ilione Lima Alves Coutinho

A DERRUBADA DE PATRIMÔNIOS CULTURAIS NO SÉCULO XXI E
NOVOS CAMINHOS DE REPRESENTATIVIDADE

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em
Museologia do Centro de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade Federal de Santa
Catarina como requisito à obtenção do título de
bacharel em Museologia.

Orientador: Prof^ª. D^{ra}. Thainá Castro Costa

Florianópolis

2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Lima Alves Coutinho, Ilione
A DERRUBADA DE PATRIMÔNIOS CULTURAIS NO SÉCULO XXI E
NOVOS CAMINHOS DE REPRESENTATIVIDADE / Ilione Lima Alves
Coutinho ; orientadora, Thainá Castro Costa, 2023.
81 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de
Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em Museologia,
Florianópolis, 2023.

Inclui referências.

1. Museologia. 2. Heranças do colonialismo. 3.
patrimônios derrubados. . 4. leis de proteção ao patrimônio.
5. outros caminhos. I. Castro Costa, Thainá. II.
Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em
Museologia. III. Título.

Ilione Lima Alves Coutinho

**A DERRUBADA DE PATRIMÔNIOS CULTURAIS NO SÉCULO XXI E
NOVOS CAMINHOS DE REPRESENTATIVIDADE**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado
para obtenção do Título em Bacharel em Museologia e aprovado
em sua forma final pelo Curso de Museologia

Florianópolis, 26 de junho de 2023

Prof.^a. Thainá Castro Costa, D.^a.
Coordenadora do Curso

Banca Examinadora

Prof.^a Thainá Castro Costa, Dr.^a
Orientadora
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.^a Renata Cardozo Padilha Dr.^a
Avaliadora
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.^a Letícia Borges Nedel Dr.^a
Avaliadora
Universidade Federal de Santa Catarina

Este trabalho é dedicado primeiramente a Deus por me capacitar, aos meus pais que me deram o prazer pelo conhecimento e à minha família, marido e filhas que me apoiaram durante todo o curso de Graduação em Museologia.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ser o autor da minha vida, ter me inspirado e me dado capacidade para concluir este curso. Aos meus pais Isa e Francisco (in memoriam) por terem me apoiado e me conduzido neste caminho rumo ao conhecimento.

Especialmente ao meu amado esposo Carlos e às minhas filhas queridas Thayse, Mayse e Annelise pela paciência, compreensão, apoio, ajuda tecnológica, colaboração, parceria, palavras de encorajamento e incentivo nas horas cruciais e por acreditarem em mim.

Às minhas amigas de fé e caminhada de vida, Daniëlle Tjader, Marelice Mazzaropi, Noemia Solonca e tantas outras que estiveram comigo durante esta aventura.

Aos colegas que me ajudaram em minha trajetória. Vanessa Halmenschlager, Jenniffer Leila Siqueira Borges, Ana Paula Soares Roman, Larissa Gabriela Wentland, Kaiany Siqueira Santana Alexandrina, além dos meus braços direitos e que se tornaram meus amigos, me refiro ao Pedro Henrique dos Santos Wolter, Rubia Stein do Nascimento e no finalzinho da reta a Vera Regina Cazaubon. Aqueles amigos que não largam a tua mão por nada.

Às professoras, Thainá Castro Costa, Renata Cardozo Padilha, Luciana Silveira e ao professor Valdemar de Lima Assis, verdadeiros heróis que se dedicam aos seus alunos, com acolhimento e humanização, assim como os professores de outras áreas como a Letícia Borges Nedel de Memória e Museu e História do Brasil Contemporâneo, o de Biogeografia, professor Orlando Ednei Ferretti, a professora de História da Arte I e II, Daniela Queiroz Campos que mesmo não sendo do mesmo departamento, são muito dedicados e apaixonados pelo que fazem. E os professores substitutos que fizeram parte desta trajetória como Gustavo Nascimento Paes, Rose Elke Debiase, Carla Brito Sousa Ribeiro, Inês Cordeiro Gouveia e Mateus da Silva Reis verdadeiros presentes. A todos, os meus sinceros agradecimentos, porém não posso deixar de citar a ex-secretária Eliza Regina Cordeiro, a atual Cláudia Rudnick e a grande companheira supervisora dos estágios que fiz na coordenação, a museóloga Aline Pessoa. Vocês são pessoas para se guardar na mente e no coração. Muito obrigada a todos.

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso está relacionado com a área de preservação de patrimônios, tema relevante na Museologia, e traz os recentes casos de derrubadas de monumentos históricos que aconteceram durante a pandemia, em 2020 e 2021, devido ao *Movimento Black Lives Matter* (Vidas Negras Importam). O objetivo de pesquisa é a respeito do que está por trás das derrubadas dos monumentos pelo mundo a fora durante a pandemia. A motivação em abordar este assunto foi para compreender o porquê em sua maioria de estátuas derrubadas eram de colonizadores, sabendo que esta coincidência tinha um fundamento e chegou-se nas consequências deixadas pelo Colonialismo, como o racismo, o racismo estrutural e o patriarcado, fala-se também sobre a Memória Traumática, e o seu efeito nos povos colonizados. Verificou-se também as cidades que aconteceram as derrubadas e as suas ações, mas também mostra as Leis que protegem os patrimônios. Tudo isto para responder as seguintes questões: Qual o verdadeiro motivo das destruições? A quem pertencem estas memórias? A quem estes monumentos representam verdadeiramente? É legítimo uma parte da população insatisfeita derrubar um monumento tombado como um bem patrimonial por não representar os seus valores? O trabalho se desenvolve a partir de pesquisa exploratória, a respeito de temas fundamentais para esse assunto. O método usado foi o indutivo por partir de um movimento específico para uma premissa geral. A metodologia utilizada para a pesquisa foi a bibliográfica e documental, por meio de livros e pela internet, em sites de matérias jornalísticas, *podcasts*, revistas eletrônicas, trabalhos acadêmicos, foi feito um apanhado de informações relevantes ao tema, embora tenha sido difícil, inicialmente, pelo fato ocorrido ser recente quando se iniciou esta pesquisa, porém com o distanciamento temporal, de três anos, do acontecido, foi mais fácil construir e finalizar este Trabalho de Conclusão de Curso. Ao longo da leitura deste trabalho se perceberá que ele trouxe propostas de outros caminhos de monumentos que podem gerar representatividade mais contemporâneas, entre eles, a Musealização de Monumentos; os Memoriais e Resistência, como exemplos, o Memorial da Resistência (Brasil) e o Parque da Memória (Argentina), que lidam com o horror das torturas da ditadura em seus respectivos países; e as duas últimas propostas estão mais ligadas à arte contemporânea como o Antimonumento e o Grafite. Constatou-se que o motivo por trás das revoltas contra os monumentos coloniais tem respaldo nas consequências do racismo, racismo estrutural e patriarcado, estas memórias são traumáticas e pertencem aos colonizados, aos escravizados, às mulheres e estes monumentos derrubados representam o poder hegemônicos dos colonizadores. Apesar dos protestos serem legítimos, o caminho de destruição de monumentos é contra a lei e há outros caminhos para se buscar a representatividade.

Palavras-chave: Heranças do colonialismo. vidas negras importam. patrimônios derrubados. leis de proteção ao patrimônio. outros caminhos.

ABSTRACT

This final paper is related to the area of heritage preservation, a relevant theme in Museology, and brings the recent cases of demolition of historical monuments that happened during the pandemic, in 2020 and 2021, due to the Black Lives Matter Movement. The research objective is about what is behind the toppling of monuments around the world during the pandemic. The motivation in addressing this subject was to understand why most of the statues toppled were of colonizers, knowing that this coincidence had a foundation and arrived at the consequences left by Colonialism, like racism, structural racism and patriarchy, there is also talk about Traumatic Memory, and its effect on colonized peoples. It also checked the cities that happened the demolitions and their actions, but also shows the Laws that protect the heritage. All this to answer the following questions: What is the real reason for the destruction? To whom do these memories belong? Who do these monuments really represent? Is it legitimate for a dissatisfied part of the population to tear down a monument that has been listed as a heritage asset because it does not represent its values? The work is developed from exploratory research, about fundamental themes for this subject. The method used was inductive by starting from a specific movement to a general premise. The methodology used for the research was bibliographic and documental, through books and the internet, on websites of journalistic articles, podcasts, electronic magazines, academic works, a collection of information relevant to the theme was made, although it was difficult, initially, because it occurred to be recent when this research began, but with the temporal distance, of three years, of what happened, it was easier to build and finish this Course Completion Work. Throughout the reading of this work it will be noticed that he brought proposals of other paths of monuments that can generate more contemporary representativeness, among them, the Musealization of Monuments; the Memorials and Resistance, as examples, the Memorial of the Resistance (Brazil) and the Park of Memory (Argentina), which deal with the horror of the tortures of the dictatorship in their respective countries; and the last two proposals are more linked to contemporary art such as the Antimonument and Graffiti. It was found that the motive behind the revolts against the colonial monuments is supported by the consequences of racism, structural racism and patriarchy, these memories are traumatic and belong to the colonized, the enslaved, the women and these toppled monuments represent the hegemonic power of the colonizers. Although the protests are legitimate, the path of destruction of monuments is against the law and there are other ways to seek representation.

Keywords: Legacies of colonialism; black lives matter; heritage overturned; property protection laws; other ways.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Protestos nas ruas após mais uma violência contra negros por abordagens malsucedidas praticadas por policiais brancos	26
Figura 02 - Estátua de Cristóvão Colombo sendo derrubada nos EUA	29
Figura 03 - Estátua de Theodoro Roosevelt em frente ao Museu Natural em Nova York – 22/06/2020	30
Figura 04 - Manifestantes derrubam estátua do comércio de escravos Edward Colston, em Bristol, na Inglaterra em 7 de junho	31
Figura 05 - Estátua de Jen Reid feita pelo artista plástico Marc Quinn intitulada <i>A Surge of Power (Uma Onda de Poder)</i>	32
Figura 06 - Estátua de Sebastián de Belalcázar derrubada e decapitada	34
Figura 07 - Estátua de Bandeirantes Borba Gato sendo incendiada	35
Figura 08 - Fachada do Memorial da Resistência	45
Figura 09 - Espaço expositivo Controle, Repressão e Resistência	46
Figura 10 - Cela do Memorial de Resistência	47
Figura 11 - Corredor do banho de sol	47
Figura 12 - Protesto das Mães da Praça de Maio	48
Figura 13 - Este trajeto do Parque que leva ao Monumento é feito de forma a retratar uma cicatriz e desemboca no Rio da Prata.	50
Figura 14 - Pessoas descendo a rua que leva ao Rio da Prata ao lado do muro no qual estão escritos os 30 mil nomes O Memorial das Vítimas do Terrorismo do Estado.	50
Figura 15 - Monumento Tortura Nunca Mais – Recife	52
Figura 16 - Monumento contra o fascismo (1986-1996), de Jochen Gerz e Esther Shalev-Gerz. (...)	53
Figura 17 - Dia da Liberdade, Msezane se apresentou como a personificação da estátua da Liberdade. Na sua série “Feriados”	55
Figura 18 - Sethembile Msezane incorporou o pássaro zimbabuano Chupungu	55

Figura 19 - Grafite de Franklin Cascaes	57
Figura 20 - Painéis de dois Grafites nas fachadas de prédios na Rua Felipe Schmidt	57
Figura 21 - O Painel “Cisne Negro do Desterro”, Grafite realizado por Rodrigo Rizo em homenagem ao poeta Cruz e Sousa	58
Figura 22 - Busto de bronze de Cruz e Sousa	59
Figura 23 - O Grafite de Antonieta de Barros sendo finalizado pelos artistas	64
Figura 24 - Grafite de Antonieta de Barros depois de pronto	65
Figura 25 - Presença 1: Retrato de um homem negro	66
Figura 26 - Mulher negra de um olhar expressivo	66
Figura 27 - Casal abraçado com uma janela no coração do homem com seus netos dentro	67
Figura 28 - Grafite no CFH	68
Figura 29 - Mulheres afegãs vestidas de burca olham roupas em frente de uma loja de roupas em Herat em 2012	70
Figura 30 - Arte de Shamsia Hassani	71
Figura 31 - Voltando para a casa	71
Figura 32 - Sem teto e sem esperança	71
Figura 33 - Arte de Shamsia Hassani	71
Figura 34 - Pesadelo	72
Figura 35 - A artista fazendo a sua arte	73

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	A HERANÇA DA COLONIZAÇÃO E SEUS REFLEXOS NO SÉCULO XXI	14
2.1	COLONIALISMO, RACISMO E RACISMO ESTRUTURAL.....	17
2.2	MEMÓRIAS TRAUMÁTICAS.....	22
3	DESTRUIÇÃO DE MONUMENTOS COLONIAIS.....	25
3.1	EXEMPLOS RECENTES: BALTIMORE, BRISTOL, CAUCA E SÃO PAULO..	28
3.2	LEIS INTERNACIONAIS QUE PROTEGEM O PATRIMÔNIO CULTURAL....	37
4	OUTROS CAMINHOS POSSÍVEIS.....	41
4.1	MUSEALIZANDO MONUMENTOS.....	42
4.2	MEMORIAIS E RESISTÊNCIA	44
4.3	ANTIMONUMENTOS.....	51
4.4	GRAFITE COMO PATRIMÔNIO E COMO PROTESTO AO RACISMO E AO Patriarcado.....	56
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	74
	REFERÊNCIAS	77

1 INTRODUÇÃO

Aos 54 anos e depois de ter duas graduações, resolvi voltar à universidade e cursar Museologia em 2017/1. Para mim foi um novo despertar, conhecer pessoas novas, em sua maioria jovens e sobretudo adquirir novos conhecimentos, que era a minha maior motivação, pois ao ler o currículo do curso fiquei muito interessada e no decorrer de minha trajetória no curso vi que tive o privilégio de participar de uma turma que iria fazer história e tornar o curso conhecido na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) inteira - quando abraçamos a causa do Museu de Arqueologia e Etnologia (MARquE) da UFSC em decorrência do incêndio que destruiu o Museu Nacional, em 2 de setembro de 2018 - quando resolvemos protestar fazendo muito barulho, tendo aulas ao ar livre, indo na reitoria a fim de chamar atenção para que o MARquE tivesse o seu alvará, e que as suas instalações elétricas, tão precárias, fossem restauradas para evitar que este tivesse o mesmo fim do Museu Nacional.

No ano de 2019, tivemos a greve dos estudantes, mesmo assim conseguimos recuperar o semestre e foi neste ano que fiz a optativa Patrimônio Imaterial e Museologia, e nela tive a oportunidade de fazer um trabalho sobre a Pista de *Skate* Trinda Times, espaço público de entretenimento para praticantes de *skatismo*, apresentando-o como um patrimônio imaterial junto com mais três colegas. E em 2020 veio a pandemia, e com ela o distanciamento social, o ensino remoto, que acabou se tornando muito cansativo e deixando as aulas mais intensas, pois como alunos tínhamos que comprovar nossa presença fazendo resenhas de um texto por semana em muitas disciplinas. Em 2021, o ensino continuou remoto, porém tive a oportunidade junto com minhas outras colegas de transformar o nosso trabalho do Trinda Times em artigo e publicá-lo nos Cadernos NAUI – Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC – que é uma revista eletrônica de periodicidade semestral, organizada pelo Departamento de Antropologia da UFSC. E esta oportunidade me aproximou do mundo do Grafite e de certa forma me influenciou a falar sobre ele no meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). A escolha do tema surgiu com o movimento *Black Lives Matter*, (Vidas Negras Importam). Que chamou a atenção mundial, enquanto o mundo estava enfrentando uma doença causada pelo COVID-19 (Corona Vírus 2019) que resultou na pandemia em 2020, e isso levou os países, a adotarem medidas de isolamento social, o que tornou as pessoas mais inseguras, outras temerosas, porém mais intensas em suas emoções e reações a tudo e a todos. Foi neste contexto e devido a uma

abordagem malsucedida de policiais brancos em um cidadão negro estadunidense, George Floyd, que o levou à morte, causou uma reação que levou milhares de pessoas a saírem de suas casas para protestar e reacender o movimento *Black Lives Matter* e este movimento acabou incitando pessoas a derrubarem e destruírem monumentos que representavam a hegemonia branca e que perpetuavam o racismo estrutural no mundo todo. Enquanto isso em Florianópolis as pinturas feitas por grafiteiros ganhavam notoriedade e homenageavam figuras negras como Cruz e Sousa e Antonieta de Barros. E isto chamou a minha atenção.

Então comecei a pensar como poderia juntar tudo isso de forma que abordasse a destruição dos patrimônios, o colonialismo que resultou no racismo primeiramente, culminando no racismo estrutural, no patriarcado e como tudo isso pode mostrar uma postura contra os impactos que eles causam na sociedade.

Estas reflexões levaram a certos questionamentos como: A quem pertencem estas memórias? A quem estes monumentos representam verdadeiramente? Afinal de contas, segundo LE GOFF (1994) um monumento é um documento, portanto serve como testemunha de uma história, logo esses monumentos-documentos são considerados patrimônios culturais. O que me leva à pergunta, é legítimo uma parte da população insatisfeita, derrubar um monumento tombado como um bem patrimonial, por não representar os seus valores?

Essas questões nos fazem considerar alguns termos como tema central deste projeto: Efeitos do Colonialismo, Memórias Traumáticas, Patrimônios Derrubados, Leis de Proteção ao Patrimônio e Novos Caminhos, como tudo isso pode se encaixar nos dias de hoje? E o que motivou a escolha desses termos foi a ação do tempo presente, mexendo com as escolhas do passado em reter uma memória que se julgava coletiva de um monumento que embora seja um patrimônio cultural, hoje não representa nada, como nunca representou para pessoas oprimidas e com suas memórias apagadas, e que também vivem como cidadãos dessa sociedade, que o monumento diz representar.

Esta é uma pesquisa exploratória para sondar o que estava por trás da destruição dos patrimônios. E apontar outras formas de manifestações e de protestos que construíssem um monumento que os representassem, evitando o apagamento ou não, de suas histórias.

O método usado foi o indutivo por partir de um movimento específico para uma premissa geral. E os procedimentos utilizados foram Bibliográfico e Documental.

O segundo capítulo traz a base teórica sobre várias razões possíveis que hipoteticamente estejam causando as derrubadas dos monumentos e é denominado: A Herança da Colonização e Seus Reflexos no Século XXI. E logo no 2.1 Colonialismo,

Racismo e Racismo Estrutural (Efeitos da Colonização) trazemos a reflexão sobre o colonialismo, em cima do discurso de Aimé Césaire, para compreender como o racismo foi entrando na sociedade dominante e dominadora. e como se tornou parte de um sistema estruturado para que o negro continuasse a ser inferiorizado. No 2.2 falamos um pouco sobre a Memória Traumática e seu impacto na vida destes povos colonizados.

O terceiro capítulo, Destruição de Monumentos Coloniais traz um apanhado geral sobre as destruições, a análise do Movimento Black Lives Matter. Em seguida os exemplos de destruição de monumentos que aconteceram em várias cidades do mundo 3.1 Exemplos Recentes: Baltimore, Bristol, Calca e São Paulo. Abordamos no 3.2 Leis Internacionais que Protegem os Patrimônios, a fim de mostrar que existem Leis que precisam ser respeitadas.

O capítulo quatro traz a reflexão de Outros Caminhos Possíveis, no 4.1 mostra a possibilidade da Musealização de Monumentos, tirando eles das praças e livrando-os da destruição; 4.2 vai abordar Memoriais e Resistência, exemplo de patrimonialização de resistências, mostrando a dor, a tortura para que a sociedade não se esqueça das atrocidades cometidas pela ditadura. O item 4.3 mostra o Antimonumento e fala sobre Sethembile Msezane e o casal alemão Jochen e Esther Gerz. No item 4.4 aborda a questão do patriarcado e seu esforço de silenciar as mulheres e mostra a resposta de duas mulheres grafiteiras construindo monumentos através do Grafite. São elas, Monique Cavalcanti, a Gugie, uma voz antirracista representando a Memória Negra em Florianópolis e Shamsia Hassani representando A Voz da Mulher Oprimida, artista iraniana que aborda a condição da mulher na sociedade sexista e patriarcal sob o regime Talibã no Afeganistão.

2 A HERANÇA DA COLONIZAÇÃO E SEUS REFLEXOS NO SÉCULO XXI

Como falar sobre o Racismo Estrutural sem falar do Colonialismo¹, que se instaurou nos séculos XIV ao século XVIII? Afinal foi por meio das conquistas de Portugal, Espanha, Inglaterra e outros países europeus que subjugarão nações, e por que não falar em continentes? Pois a exemplo dos continentes da África, das Américas Central e do Sul, assim como suas trágicas consequências instauradas até hoje latentes nessas sociedades, e sendo considerados e classificados como o terceiro mundo ou países subdesenvolvidos, por tais países que foram seus algozes.

Entre os séculos XV a XVII, os países europeus exploraram outras rotas marítimas para chegarem à Índia, que até então era a rota comercial mais importante e nestas viagens conheceram outras civilizações e terras antes desconhecidas. Eles viram nas conquistas de outras terras além-mar uma oportunidade para se apossarem destas terras e de tudo que tinham, afinal eram habitadas por bárbaros e selvagens, e por meio de um genocídio, conquistaram as terras e saquearam suas riquezas escravizando os nativos que restaram.

“Havia uma extrema verdade neste primeiro movimento dos Europeus que se recusaram, no século de Colombo, a reconhecer seus semelhantes homens degradados que povoavam o novo mundo... Era impossível fixar um instante o olhar no selvagem sem ler o anátema escrito, não digo somente na sua alma, mas até na forma exterior do seu corpo.” E está assinado por Joseph de Maistre. (...) “Civilizados até à medula! A ideia do negro bárbaro é uma invenção europeia.” (CÉSAIRE, Aimé. 2019, P. 33 e 37)

Foi quando surgiram as colônias, e o poder dos conquistadores se expandiu e a Europa foi consolidada como símbolo do poder vigente, da força e dos civilizados, como podemos perceber no seguinte trecho de Carlos Machado.

O período que se seguiu à expansão marítima e à colonização das vastas terras das Américas pelos países europeus, foi de grande e intenso aporte de recursos naturais advindos das nações colonizadas, e que possibilitaram um grande desenvolvimento das sociedades europeias nos mais diversos campos, inclusive no que diz respeito à ciência, cultura e pensamento, que de uma ou outra forma, são expressões humanas extremamente ligadas. (MACHADO 2018, p. 21)

¹O colonialismo, em sua essência, foi um período histórico derivado do processo de expansão territorial marcado pelas navegações e descobertas de novos continentes. Contudo, esse processo configurou a dominação de determinados países sobre outros, mais precisamente, o domínio das metrópoles sobre as colônias, estabelecendo uma relação de superioridade dos povos colonizadores.

Esta cultura era passada através da introdução da língua, costumes e religiões dos conquistadores que eram impostas aos países subjulgados, obrigados a renunciarem seus costumes e crenças para sobreviver, sem nenhum direito, restando apenas a escravidão.

Após este período o caos já tinha se apossado destas nações que ficaram, economicamente, frágeis, dependendo de seus colonizadores que exploraram suas terras e enriqueceram com elas, deixando um rastro de devastação:

O certo, o que importa, é que durante séculos a política frenética exercida em terras latino-americanas teve seu custo, porque, além da atividade de mineração, destruiu sem remédio a biodiversidade da região em 47%. No Brasil, a exploração do açúcar e da borracha arruinou milhares de hectares; na Argentina e no Paraguai, os bosques de maçãs silvestres foram devastados; na Venezuela, as plantações de cacau só deixaram ruínas em sua passagem; na Colômbia, o café foi a principal causa da extinção de terras cultiváveis e esta tragédia se repetiu na América Central com as frutas. Nenhum dos ganhos destas plantações contribuiu para o desenvolvimento dos países onde se encontravam, mas em troca enriqueceu uma dezena de potências.” (BAEZ, 2010, p.32)

Ao contrário, o que restou foram as revoluções, lutas violentas por independências e reconstrução de valores, de suas identidades, da sua própria dignidade. Porém a mensagem de menos valia, de não pertencimento, de seres inferiores, já tinha sido passada à diante, e estes povos colonizados já eram vistos com um pré-conceito em relação ao seu valor intelectual, cultural e econômico e o pior eles próprios acreditaram e se desanimaram diante do poder que vinham dos conquistadores a ponto de se submeterem ao sofisma de que eles eram inferiores a este sistema que foi instaurado. Conforme o relato de Aimé Césaire² em seu Discurso Sobre o Colonialismo:

²**Aimé Césaire**: nascido em Basse-Pointe, na Martinica, no dia 26 de junho de 1913 e morreu em Fort-de-France, no dia 17 de abril de 2008 — foi um dos mais importantes e expressivos pensadores negros do mundo. Produziu uma vasta obra como dramaturgo, poeta, ensaísta e político. Foi um dos grandes combatentes do colonialismo, especialmente o francês, do qual a Martinica era colônia. Foi o autor da proposta (em 1946) que elevou as colônias francesas a condição de departamentos ultramarinos – com direito a eleger representantes para a Assembleia francesa. Fundou diversas revistas e jornais que deram visibilidade ao pensamento negro no século XX. Em 1934, ainda como estudante, funda *L'étudiant noir* (“O estudante negro”) e em 1947 “Presences Africaines” (“Presença Africana), ambas fundadas em Paris. *L'étudiant noir* foi co-fundada com outro estudante, Leopold Senghor (do Senegal) que se tornaria um parceiro de toda a vida nos escritos e nos combates políticos. Em 1935, no terceiro número de *L'étudiant noir*, Césaire cunhou pela primeira vez o conceito de negritude – que falava da condição de opressão do negro produzida pela diáspora africana. Esse conceito foi amplamente usado em literatura, poesia e na política africana. Um dos grandes entusiastas e contribuidores foi Leopold Senghor, que mais tarde seria o presidente do Senegal (1960-1980). <https://africaemquestao.wordpress.com/2012/10/16/mini-biografia-de-a>

Eu, eu falo de sociedades esvaziadas de si próprias, de culturas espezinhadadas, de instituições minadas, de terras confiscadas, de religiões assassinadas, de magnificências artísticas aniquiladas, de extraordinárias possibilidades suprimidas. (...) Falo de milhões de homens arrancados aos seus deuses, à sua terra, aos seus hábitos, à sua vida, à vida, à dança, à sabedoria. Falo de milhões de homens a quem inculcaram sabiamente o medo, o complexo de inferioridade, o tremor, a genuflexão, o desespero, o servilismo. (CÉSAIRE, 1978, p. 25 e 26)

Mas agora no século XXI, com a Teoria Decolonial que traz uma nova perspectiva de luta contra o sistema instaurado pelo Eurocentrismo, pode mudar o cenário dos países colonizados. Mas o que seria a Teoria Decolonial? ¹ A teoria decolonial é, como disse Walsh (2009), um caminho de luta. Luta contra a violência provocada pela hegemonia da ciência colonial/moderna que legitimou e foi legitimada pela colonização europeia iniciada na América no final do século XV e levada, nos séculos seguintes,

a praticamente todos os rincões do planeta. A subalternidade, a colonialidade e a modernidade foram e têm sido as suas principais ideologias. As duas últimas só são possíveis a partir da primeira. Daí demanda como premente e urgente a produção de uma epistemologia pluriversal que, não apenas questione a hegemonia da ciência colonial/moderna, mas coloque sob rasura todos os seus elementos opressores, visando, em última instância, a sua superação. (WALSH, 2009 apud SILVA, 2017, p. 4)

E essa nova perspectiva está começando a mudar a visão, como podemos constatar nas falas de Machado (2018, p. 26) “A supremacia branca causa sentimentos de inferioridade e autoaversão para quem não é branco, mas apesar de tudo, resistimos e propomos mudanças nesta ordem.”

Porém não foi apenas isso que contribuiu para que o domínio europeu crescesse, mas também com a modernidade e a Revolução Industrial, a implantação do capitalismo, essas nações foram cada vez mais ficando dependentes de seus colonizadores, mesmo após as suas independências.

Do incerto território do Brasil saíram 980 toneladas de ouro, de 1691 a 1850, que não foram suficientes para saciar Portugal. Dizia o perseguido dramaturgo Bertolt Brecht que fundar um banco ou roubá-lo era a mesma coisa; os primeiros bancos europeus se consolidaram pelos resultados cômodos dos desmandos coloniais: “Conquista, pilhagem, extermínio, são a realidade de onde brota a afluência de metais para a Europa do séc. XVI”. O alto rendimento proporcionado pela escravidão predatória, por exemplo, foi considerável dados o baixo investimento e a taxa desafiadora de lucros que representava. (BAEZ, 2010, p.31)

O Brasil também, assim como a América Latina, foi visto como uma fonte inesgotável de matéria-prima, de minerais e de mão-de-obra gratuita. E com estes preconceitos entranhados nas mentes dos governantes europeus, podemos entender as cenas grotescas e selvagens de dominação e subserviência que vimos durante estes séculos sobre as sociedades subjugadas. E o Colonialismo trouxe tantos traumas que será necessário um item para ter a visão das consequências que de certa forma, resultou no Racismo Estrutural e o Patriarcado por meio do Discurso Sobre o Colonialismo de Aimé Césaire e de outros autores.

2.1 COLONIALISMO, RACISMO E RACISMO ESTRUTURAL

Segundo o Livro *Discurso Sobre o Colonialismo* de Aimé Césaire que foi escrito em um contexto de pós-Segunda Guerra Mundial, época que a Europa estava se reconstruindo e ainda atônita com o Holocausto causado pelo nazismo. E é neste contexto que Aimé escreve uma reflexão sobre a barbárie do holocausto que o levou a analisar e chegar à conclusão que tudo começou com a colonização que passou das conquistas para um sistema de controle, de posse, de exploração e segundo Aimé de desumanização, quando ele descreve que o colonialismo despertou no colonizador coisas terríveis:

Seria preciso estudar, primeiro, como a colonização se esmera em descivilizar o colonizador, em embrutecê-lo, na verdadeira acepção da palavra, em degradá-lo, em despertá-lo para os instintos ocultos, para a cobiça, para a violência, para o ódio racial, para o relativismo moral... (CÉSAIRE, 1978, p.17)

O autor descreve o colonialismo como uma verdadeira catástrofe que ocorreu aos povos colonizados e o ideólogo do panafricanismo e revolucionário angolano Mário Pinto de Andrade³ que prefaciou o livro de Aimé Césaire, em 1978, escreve que:

³ Mário Pinto de Andrade nasce no Golungo Alto, mas, com apenas 12 anos, vai para Luanda onde faz os estudos primários e secundários. Com 20 anos rumo a Lisboa para estudar Filologia Clássica na Faculdade de Letras de Lisboa. Inicia então um período fértil em contatos com revolucionários e nacionalistas das então colônias e através de leituras políticas. Com Agostinho Neto, Amílcar Cabral e Francisco José Tenreiro, cria o Centro de Estudos Africanos. Em 1954 Andrade exila-se em Paris onde se relaciona com o restante círculo africano de nacionalistas e do movimento negritude, tomando contato com Mandela. Divulgador da cultura negra, ideólogo do panafricanismo, Mário Pinto de Andrade foi também um Ativa, Mário Pinto de Andrade | BUALA

Tudo isso permite apreender melhor a essência do colonialismo que, segundo a sua demonstração, se reveste de dois aspectos: o de um “regime de exploração desenfreada de imensas massas humanas que tem a sua origem na violência e só se sustém pela violência, e o de uma “forma moderna de pilhagem”. Sendo o genocídio a lógica normal, o colonialismo é portador de racismo. (CÉSAIRE, 1978. p.7)

Este comentário só vem reiterar que o colonialismo europeu foi o responsável em espalhar o racismo e não satisfeito em explorar, eles tiraram possibilidades de progresso dessas sociedades, Aimé nasceu em uma ilha que ainda é nos dias de hoje, dominada pelos franceses, portanto ele fala com propriedade, pois sofreu na própria pele:

É a minha vez de anunciar uma equação: colonização = coisificação. (...) Eu, eu falo de sociedades esvaziadas de si próprias, de culturas espezinhadas, de instituições minadas, de terras confiscadas, de religiões assassinadas, de magnificências artísticas aniquiladas, de extraordinárias possibilidades suprimidas. (CÉSAIRE, 1978. p.25)

Neste trecho, Aimé nos mostra a triste realidade do que a colonização fez com as colônias que os colonizadores julgavam inferiores. E isso é reforçado no texto de Isabel Assunção de Oliveira Andrade, numa citação de Quijano que diz o seguinte:

O autor afirma que a lógica do poder colonial não se esgota, necessariamente, com o fim do colonialismo. **Em razão disso, a colonialidade do poder se instaura a partir da relação de subordinação na matriz colonial e pode, ainda assim, perpassar a temporalidade do colonialismo e transitar durante a independência factual do território, permanecendo ativa através da dominação e opressão até os dias de hoje** (QUIJANO, 1992, ANDRADE, apud, 2017, p.148) (grifo meu)

Porém Aimé chama a atenção para outro termo que está bem presente em seus relatos, que é o racismo, e procurando a definição na Internet, no dicionário Michaelis o racismo:

Sm, 1 Teoria ou crença que estabelece uma hierarquia entre as raças (etnias). 2 Doutrina que fundamenta o direito de uma raça, vista como pura e superior, de dominar outras. 3 Preconceito exagerado contra pessoas pertencentes a uma raça (etnia) diferente, geralmente considerada inferior. 4 Atitude hostil em relação a certas categorias de indivíduos. (RACISMO, 2023)

E segundo o Dicionário Online de Português o racismo é definido como um “sistema que busca a superioridade de um grupo étnico-racial relativamente a outros, preconizando, em particular, o isolamento destes no interior de um país ou até visando o extermínio de uma minoria. (RACISMO, 2022)

Hoje em pleno século XXI, ainda presenciamos atos racistas, como se o homem e a mulher negra não pertencessem à raça humana, porém Ribeiro consegue descrever de forma sucinta e eficaz o que o Racismo é na sua opinião, “O racismo é a soma de todos os crimes que o mantém ativo e por isso a persistência nessa luta tão urgente, quanto fadada a ser longa (p.153)

Os trechos acima compilados nos mostram a visão do colonialismo pelos olhos de um colonizado e nos leva à reflexão de como ao longo dos séculos, países ditos civilizados, se comportaram de forma tão selvagem e violenta com os povos que eles consideravam selvagens, mas que na verdade só tentaram se defender. Só hoje, na segunda década dos anos 2000, é que podemos conversar sobre este mal dos séculos, que foi o Racismo, a ponto de inventarem que existiam raças, sendo que a única raça que existe é a humana, sendo os negros, índios, orientais, vermelhos e brancos, povos diferentes dentro da mesma raça humana. Esta foi uma mentira que foi tão bem estruturada pela Europa que acabou subjuguando as sociedades colonizadas e as tornando uma sub-raça.

A definição acima, além de nos ajudar a ter uma noção do que é o racismo, ela também nos leva para o próximo assunto que permeia esta pesquisa, que é o Racismo Estrutural.

De acordo com a definição de Silvio Luiz Almeida em seu livro Racismo Estrutural (2018), o autor afirma que:

O racismo não é um ato ou um conjunto de atos e tampouco se resume a um fenômeno restrito às práticas institucionais; é, sobretudo, um processo histórico e político em que as condições de subalternidade mostram de forma clara, as classes subalternas sendo uma parte da sociedade que é submetida às margens pela classe dominante/hegemônica, encontrando-se nas mãos da exploração e opressão constantes. (ALMEIDA, 2018)

E no trecho, abaixo, do artigo de Isabela Assunção de Oliveira Andrade, “O comitê especial sobre a descolonização da ONU: Entre o colonialismo e a colonialidade⁴” fica bem

⁴Colonialidade: é a forma dominante de controle de recursos, trabalho, capital e conhecimento limitados a uma relação de poder articulada pelo mercado capitalista. Dessa forma, por mais que o colonialismo

explicado o quanto o colonialismo usufruiu do racismo para enriquecer os países colonizadores.

De modo sucinto, a teoria pós-colonial atenta para as relações de poder introduzidas ou intensificadas desde o colonialismo, mantendo sua lógica de atuação na atualidade, podendo ser expressas de maneira estrutural via dependência e exploração entre países, ou a partir de um nível de análise menor, focando-se nos sujeitos, evidenciando a hierarquização de identidades que fere subjetividades, práticas e culturas. A categoria raça é trabalhada expressivamente na teoria, onde se enfatiza a maneira com a qual o colonialismo foi constantemente pautado pelo racismo. (ANDRADE, 2017, p.143)

São duas definições do que é o Racismo Estrutural e está bem explicado como o Colonialismo deu origem a este mal que se infiltrou na sociedade até hoje. Porém é interessante trazer para a discussão sobre o racismo estrutural, a psicóloga Lia Vainer Schuman (2012) para dar uma visão de uma mulher, branca e judia, que traz em sua memória o sofrimento causado pela 2ª Guerra Mundial, com o extermínio dos judeus.

Na Tese de Lia Vainer Schucman, “Entre o ‘encardido’, o ‘branco’ e o ‘branquíssimo’: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana” podemos constatar o quanto o racismo estrutural está entranhado na sociedade brasileira a ponto de uma judia que traz em si as marcas do racismo se achar racista no Brasil e sem perceber, por ter sido levada a privilégios simbólicos por ser branca, como podemos ver a seguir.

A marca dessa diferença e dessa desigualdade perpassa toda a socialização de tais indivíduos, na casa, na escola, na rua, e todos os espaços públicos são marcados pela super valorização da branquitude e pela preferência do branco em relação ao não branco. O fato de o preconceito racial recair sobre a população não branca está diretamente relacionado ao fato de os privilégios raciais estarem associados aos brancos. O branco não é apenas favorecido nessa estrutura racializada, mas é também produtor ativo dessa estrutura, através dos mecanismos mais diretos de discriminação e da produção de um discurso que propaga a democracia racial e o branqueamento. Esses mecanismos de produção de desigualdades raciais foram construídos de tal forma que asseguraram aos brancos a ocupação de posições mais altas na hierarquia social, sem que isso fosse encarado como privilégio de raça. (SCHUCMAN, 2012, p.14)

tenha sido superado, a colonialidade continua presente nas mais diversas formas e, sobretudo, nos discursos reproduzidos cotidianamente em nossa sociedade.

Os três autores nos trazem um panorama sobre o racismo estrutural, o primeiro na visão de um negro sociólogo brasileiro, Silvio Luiz Almeida nos diz que é um processo histórico e político que contém duas classes, a dominante e a subalterna e esta, por sua vez, sofre com a exploração e a opressão constante.

Em segundo, na visão de uma mulher que luta pelos direitos feministas, Isabela Andrade, aborda as questões de relações de poder, de dependência e exploração e um colonialismo pautado no racismo.

E o último, na visão de uma branca que apesar de não ser negra sofreu a perseguição por questões religiosas e que se vê através da cor de sua pele, Lia Schucman, que nos aponta a marca da desigualdade racial, a supervalorização da branquitude, que é a preferência do branco em relação ao não branco e ela coloca o branco como ator e produtor deste sistema, pois o branco não rompe este laço. Ela, porém, se vê tomando o lugar do opressor, do qual ela sempre fugiu.

Os três falaram coisas que se complementam e nos traz um panorama que nos mostra que apesar de estarmos num país que se autointitula miscigenado, embora suas raízes estejam sendo regidas pelo Racismo Estrutural, que foram implantados pelos países que o colonizaram e que está entranhado e que para muitos parece velado, a ponto de acreditarem que não existe racismo no Brasil.

Outra autora que contribui muito com este tema, é a psicóloga e escritora portuguesa, Grada Kilomba, em seu livro “Memórias da Plantação: Episódios de racismo cotidiano”.

Memórias da Plantação examina a atemporalidade do racismo cotidiano. A combinação dessas duas palavras, “plantação” e “memórias”, descreve o racismo cotidiano não apenas como a reencenação de um passado colonial, mas também como uma realidade traumática, que tem sido negligenciada. É um choque violento que de repente coloca o sujeito negro em uma cena colonial na qual, como no cenário de uma plantação, ele é aprisionado como a/o “Outra/o” subordinado e exótico. De repente, o passado vem a coincidir com o presente, e o presente é vivenciado como se o sujeito negro estivesse naquele passado agonizante, como o título do livro anuncia. (KILOMBA, 2019, p. 29 e 30)

Porém para um gênero específico, basta ser mulher para ser discriminada, ignorada e desprezada. Acrescente a este gênero mais dois ingredientes que são cruciais para que o peso se torne mais pesado, a pobreza e o fato de ter a pele negra, a coisa só piora. Falaremos um pouco melhor deste assunto no capítulo 4, item 4.4.

Para finalizar este capítulo trago as falas de Ribeiro, que fez uma análise do movimento, que eu faço de suas palavras as minhas. Afinal como disse anteriormente, o antirracismo é uma luta longa.

Assim, ao se rebelar contra os artefatos figurativos dos arquivos coloniais, o Black Lives Matter, finalmente, propicia uma virada performativa às estátuas, desnaturalizando e inviabilizando sua representação visual individual e passíveis de existência somente em relação aos vestígios táteis que as deformam. Sendo não apenas a imagem de um herói colonial, como também, o arquivo do heróico no colonial, a estátua se torna algo a ser derrubado, atingido e mantido se e sob a decadência a que sua matéria foi submetida. Logo, o que persevera não é uma biografia, mas a decadência de sua figura. A desfeticização da sua forma monumental, torna este tipo de estatuário o pivô racial da crise de representação. É essa força estética de crise que deve prevalecer sobre as formas de poder que insistem em retornar, mas que não devem permanecer. (RIBEIRO, 2020, p.150)

E tudo isto está sendo mostrado para que entendamos sobre o porquê das lutas, das reivindicações de muitos movimentos sociais como o *Black Lives Matter* que está culminando na derrubada de monumentos que representam o colonialismo, por isso vamos dar uma olhada sobre Memórias Traumáticas e tentar provar que tudo isso está interligado e que tem a ver com memórias apagadas e narrativas traumáticas e hegemônicas que acabam saindo do subterrâneo e trazem à tona um grito para as ruas de uma história não contada.

2.2 MEMÓRIAS TRAUMÁTICAS

Atualmente se fala muito em memórias traumáticas ou em monumentos dolorosos, principalmente após as derrubadas de monumentos ligados a heróis da colonialidade, comprometidos com a barbárie, com o genocídio e com atos desumanos, em relação aos povos originários, aos negros e aos grupos religiosos. Estes protestos trouxeram à superfície antigos debates e fizeram a sociedade refletir e debater sobre a dor que alguns monumentos causam para determinados grupos, cuja memória que vem à tona é uma memória cheia de dor, cheia de traumas e levando aos questionamentos de que temos que mudar nossos posicionamentos, ressignificar a questão memorial. E o que realmente temos que tornar bens patrimoniais?

Segundo Ulpiano T. Bezerra Meneses⁵ (2018), “a memória traumática é a face de maior força em nossos tempos, herança de conflitos e violências que assolaram o século

⁵ Em “Os Museus e as Ambiguidades da Memória: a memória traumática” - in Conf. 10o. Encontro Paulista de Museus – Memorial da América Latina / 2018 p. 4

passado e não desapareceram neste, sem contar os desastres naturais”. E estas palavras de Ulpiano encontram respaldo nestas questões de derrubadas de patrimônios nos dias de hoje, por se tratar de questões pendentes, de feridas abertas que foram deixadas como um legado, sendo passado de pai para filho, como poderemos ver no trecho abaixo, no qual Ulpiano falando sobre estas memórias traumáticas, chega até a subdividi-las e entre estas, a memória transgeracional:

Com a memória traumática, surgiram novos agentes no cenário memorial, como a testemunha e, sobretudo, a vítima (completada pela vítima de segunda categoria, aquela que não resistiu à tortura e “colaborou). Também conceitos foram formulados ou reciclados, como a memória transgeracional (que assume os significados à medida que atravessa gerações), a pós-memória (a memória de segunda mão, não vivida, mas absorvida como própria no âmbito familiar), a memória ausente (existente, mas impedida de circular pelas convenções sociais), a memória silente (do corpo da testemunha incapaz de proferir palavra, mas expressando na sua imobilização a escala do ocorrido), a memória incorporada / “embodied memories (implicações corporais do testemunho), a paisagem mnemônica/memoryscapes (o testemunho dos espaços configurando os chamados sítios de consciência), etc. (MENESES, 2018, p. 5)

Falar sobre a memória traumática nesta pesquisa é muito relevante, pois de acordo com a subdivisão de Ulpiano, a memória transgeracional, a pós-memória e a memória incorporada estão de alguma forma relacionadas com o fenômeno das “derrubadas de monumentos”, pois a memória traumática está pulsante nas pessoas, seja porque passou de geração em geração, ou por ser absorvida no âmbito familiar, e a memória incorporada que é assimilada através do testemunho de outras pessoas. Portanto, as derrubadas, as destruições, decapitações dos monumentos, são o resultado de uma memória que ficou por muito tempo adormecida, como se estivesse incubada para aflorar num momento propício.

Outro ponto de vista sobre este tema, é a memória subterrânea que é usada pelo sociólogo Michael Pollak, em seu artigo “Memória, Esquecimento, Silêncio”, no qual o autor cita o que aconteceu com os russos quando derrubaram a estátua de Stalin. É um trecho tão interessante que até parece que estamos falando de fatos ocorridos no século XXI.

(...) durante dezenas de anos, de lembranças traumatizantes, lembranças que esperam o momento propício para serem expressas. A despeito da importante doutrinação ideológica, essas lembranças durante tanto tempo confinadas ao silêncio e transmitidas de uma geração a outra oralmente, e não através de publicações, permanecem vivas. O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais. Ao mesmo tempo, ela transmite cuidadosamente as lembranças dissidentes nas redes familiares e de

amizades, esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas. Embora na maioria das vezes esteja ligada a fenômenos de dominação, a clivagem entre memória oficial e dominante e memórias subterrâneas, assim como a significação do silêncio sobre o passado, não remete forçosamente à oposição entre Estado dominador e sociedade civil. Encontramos com mais frequência esse problema nas relações entre grupos minoritários e sociedade englobante. (POLLAK, 1989, p. 5) (Grifo meu)

Pollak mostra que a memória subterrânea é a memória que está escondida, está sendo passada boca a boca para gerações, uma memória que os governantes pensam que foi esquecida, mas que está viva e latente esperando o momento exato para vir a público. Foi isto que aconteceu durante a pandemia, momento em que todos pareciam acuados e tendo que ficar confinados entre quatro paredes, um ato de violência, foi a gota d'água para que eclodissem em protestos pelo mundo todo e tudo aquilo que estava represado veio à tona, com dores, reivindicações, gritos de justiça e derrubadas de símbolos opressores. As memórias sendo coletivas ou individuais, permanecem, muitas são ditas, outras não ditas, mas elas estão esperando, como disse Pollak, o momento propício, para se expressar. Em 2020 e 2021, a memória traumática emergiu com muita força, na medida em que os povos, que se sentiram vitimizados pelos poderes hegemônicos, começaram a contar suas histórias de opressão, escravidão e genocídio, para que todos pudessem ouvir a outra versão não contada e que foram apagadas por muitos séculos. O mundo viu esta demonstração da insatisfação deles, que começaram a erguer a sua voz e lutar pelos seus direitos há muito tempo usurpado. As feridas causadas ao longo do século XV ao século XIX, estão visíveis agora, e será impossível ficar calado diante desta injustiça feita a tantas sociedades que, com a decolonialidade⁶, estão se dando conta de suas perdas reais.

⁶ A decolonialidade é considerado como caminho para resistir e desconstruir padrões, conceitos e perspectivas impostos aos povos subalternizados durante todos esses anos, sendo também uma crítica direta à modernidade e ao capitalismo. [Colonialidade e Decolonialidade: você conhece esses conceitos? | Politize!](#)

3 DESTRUIÇÃO DE MONUMENTOS COLONIAIS

Este capítulo trata do que ocorreu em Baltimore, Bristol, Cauca e na cidade de São Paulo após a morte de *George Floyd*, em Mineápolis, Estados Unidos, em 25 de maio de 2020, motivados pelo Movimento *Black Lives Matter*, que promoveu vários protestos antirracistas que culminaram na derrubada de alguns monumentos coloniais pelo mundo a fora, como num efeito cascata.

É preciso falar um pouco mais sobre o Movimento que incentivou a derrubada de tantos monumentos ao redor do mundo ao mesmo tempo.

Em 2013, quando George Zimmerman, homem acusado de matar o adolescente negro Trayvon Martin, foi considerado inocente na Justiça, Alicia Garza fez uma postagem indignada no Facebook. Seu texto, em que ela dizia estar passando por um luto, incluía a frase "black lives matter". Foi uma faísca. Sua amiga Patrice Cullors leu a publicação e escreveu uma resposta, transformando a expressão de Garza em uma hashtag: "#blacklivesmatter". (www.bbc.com, 2020)

Uma simples postagem, nas redes sociais, sobre a indignação pelo ocorrido com mais uma pessoa negra sendo morta por um cidadão branco, nos Estados Unidos, gerou o *#Black Lives Matter* e resultou num movimento forte e cheio de reivindicações.

A professora de Museologia e doutora em Educação, Judite Primo, no decorrer de sua palestra de abertura no Seminário "Museus e Resistências 2021", promovido de forma virtual, pelo curso de Museologia da Universidade Federal de Santa Catarina, em um comentário sobre os fatos ocorridos em 2020, discorre, aproximadamente, por uns sete minutos, sobre o movimento Black Lives Matter, suas lutas e questões levantadas, e fala sobre o porquê da derrubada dos monumentos, a partir da "perspectiva de uma Museologia Social" (2021). De acordo com Primo:

E, portanto, estes movimentos, mesmo em plena pandemia, ganharam as ruas, impulsionados pela morte do George Floyd, sobretudo, mas este movimento, ele só ganhou esta força no mundo, (...) porque nós ativistas, nós dos movimentos sociais já estávamos mobilizados pra isso. Nós nos mobilizamos não porque aconteceu nos Estados Unidos, nós nos mobilizamos pelos Joões, pelas Marias, nós nos mobilizamos por todos nós que temos sido violentados ao longo da história. E portanto, estas manifestações começaram por gritar que as vidas Negras importavam. Elas se conectam com estes movimentos de insurgência em relação, porque ao passar pelas cidades praticamente vazias, os patrimônios, os monumentos coloniais gritaram "eu estou aqui". Então começou também, os próprios ativistas, a se manifestar contra estes monumentos. (PRIMO, 2021)

No debate acima podemos constatar que houve a elucidação a respeito das motivações dos movimentos sociais, que são organizados por grupos, que foram segregados e estigmatizados durante o período colonial. Neste período países, colonizadores hierárquicos, levantaram questões em relação às raças serem superiores umas às outras, porém esta farsa foi posta abaixo, quando cientistas viram que, embora existissem certas diferenças étnicas, todos fazem parte de uma única raça, que é a raça humana, conforme diz Schucman:

No século XX, com o avanço das ciências biológicas e genéticas, os estudiosos deste campo chegaram à conclusão de que a raça como realidade biológica não existe, pois os marcadores genéticos de uma determinada raça, poderiam ser encontrados em outras e, portanto, experiências genéticas comprovaram que: pretos, brancos e amarelos não tinham marcadores genéticos que os diferenciavam enquanto raça. Desta forma, mesmo que os patrimônios genéticos dos seres humanos se diferenciem, as diferenças não são suficientes para classificá-los em raças. (SCHUMAN, 2010, p.44)

Então sob esta visão, podemos entender a revolta dos negros e sobretudo dos indígenas, no contexto latino-americano, contra tudo que preserve este pensamento colonialista e exclusivista do poder dos brancos, conhecido como “branquitude”, podemos entender os movimentos como: Panteras Negras, *Black Lives Matter*, movimentos que surgiram, originalmente, nos Estados Unidos, e que lutam contra as desigualdades raciais.

Figura 01: Protestos nas ruas após mais uma violência contra negros por abordagens malsucedidas praticadas por policiais brancos



Fonte: Análise | Destacamento Blood • Proddigital POP.
Foto: Flickr Johnny Silvercloud – 19 de junho de 2020

O Movimento “Black Lives Matter” acabou virando o motivador para milhares de

peças ao redor do mundo, a manifestar suas queixas, discordâncias e frustrações, derrubando os monumentos daqueles que representavam a repressão, ao longo dos séculos. Embora, o Movimento em questão tenha nascido nos Estados Unidos, ele foi impulsionando outros vários protestos pelo mundo, mas a derrubada dos monumentos começou de fato, em Bristol, Inglaterra.

Em um debate promovido pelo jornal *Nosso Câmpus da UNESP – Assis*, logo após as derrubadas dos monumentos, em julho de 2020. E sobre os confrontos dos protestos do *Movimento Black Lives Matter*, que causaram no mundo, o professor Mateus Abreu disse que “A memória histórica são as evidências materiais, como: espaços edificados, memoriais, documentos, registros orais e textuais e acervos culturais que servem de testemunho de acontecimentos passados coadjuvantes na formação da memória cultural coletiva.”. E segundo ele, são com estas evidências que se avaliam os alcances de uma sociedade e se demarca a sua trajetória e raízes. Mas o mais interessante é a sua linha do tempo para o começo destes protestos num mundo globalizado, quando ele aponta que:

As práticas negacionistas e revencionistas da história advêm da era da tecnologia do final dos anos 90 e primeiros anos de 2000 que marcaram o início do século XXI como o período das memórias saturadas. Nessa nova era, as releituras históricas não foram processos meramente técnicos, visto que envolvem relações sociais e relações de poder em várias e diferentes instâncias. Os confrontos com o patrimônio público têm uma trajetória que se inicia na queda do muro de Berlim em 89, subseguida por diversos outros conflitos no mundo em globalização. (ABREU, 2020, p. 6 e 7)

Segundo Gonçalves (2007) para uma memória virar um patrimônio cultural ela precisa ter legitimidade, “os objetos que compõem um patrimônio precisam encontrar ‘ressonância’ junto a seu público”.

“Por ressonância eu quero me referir ao poder de um objeto exposto atingir um universo mais amplo, para além de suas fronteiras formais, o poder de evocar no expectador as forças culturais complexas e dinâmicas das quais ele emergiu e das quais ele é, para o expectador, o representante” (1991, p.42-56, apud GONÇALVES, 2007, p.215).

Então, de acordo com a fala de Gonçalves (2007), podemos supor que estes monumentos patrimoniais, que foram derrubados, não teriam mais esta ressonância na sociedade atual. Porém, há outras formas de manifestar-se ou de legitimar suas memórias

coletivas e de terem espaço na sociedade, por exemplo, construindo novos monumentos que os representem, sem precisar derrubar o patrimônio atual.

Estes movimentos que estão derrubando as estátuas de heróis colonialistas estão vindo com um recado muito claro de “basta” e as pessoas que estão derrubando as estátuas, estão bem conscientes de seus atos, como atos de resistência, de protesto, de reivindicações de mais monumentos que os representem e que tenham mais participações nas escolhas desses monumentos, a fim de que exerçam sua cidadania plena, livre de discriminações, ausências de identidade, apagamento de suas memórias e respeito às suas crenças, artes e memórias.

Este despertar de representatividades começou a se despontar pelo mundo globalizado como numa corrente de ações que trouxeram à tona questões de violência e de injustiça praticadas pelos poderes hegemônicos vigentes. Embora o movimento esteja sendo visto como vandalismo ou violento pelas autoridades, eles estão apenas soltando um grito que estava sufocado, por anos, contra toda a violência sofrida e segundo Ribeiro.

Ainda que inscrita numa prática direta, esse movimento de derrubada não se configura como uma casualidade impulsiva, mas como uma resposta a um plano contínuo de violências raciais. Daí que não é justo adjetivá-lo de violento, senão de contra violento. (RIBEIRO, 2020, 153)

Vamos verificar no próximo subcapítulo, caso a caso, o que aconteceu em diversas cidades, durante os protestos, de acordo com a delimitação desta pesquisa, escolhemos estes quatro exemplos.

3.1 EXEMPLOS RECENTES: BALTIMORE, BRISTOL, CAUCA E SÃO PAULO

A cidade de Richmond foi palco, em 9 de junho de 2020, da primeira de uma série de derrubadas de monumentos de Cristóvão Colombo, e no dia 10 de junho foi a vez dos manifestantes de Boston, decapitarem a estátua de Cristóvão Colombo, isso depois das derrubadas de monumentos de escravocratas pelo mundo a fora, mais precisamente em Bristol, na Inglaterra e em Antiuérpia na Bélgica.

Porém o que mais chamou a atenção foi o de Baltimore, o protesto começou pacífico, mas foi tomando um rumo de indignação pelos manifestantes e em pleno 4 de julho, feriado que comemora a Independência dos Estados Unidos da América, ficou

marcado pelo protesto que ganhou mais um capítulo, o da derrubada de mais uma estátua de Cristóvão Colombo.

Manifestantes demoliram no último sábado uma estátua de Cristóvão Colombo, considerado o descobridor do continente americano, na cidade de Baltimore, na costa leste dos Estados Unidos, em um novo episódio da onda de ataques a monumentos ou estátuas de figuras históricas ligadas à escravidão e ao colonialismo. O monumento, localizado no bairro de Litte, foi derrubada com a ajuda de cordas, de acordo com imagens divulgadas no site do jornal *Baltimore Sun*. (www.correiodopovo.com.br)

Figura 02: Estátua de Cristóvão Colombo sendo derrubada nos EUA



Fonte: *by* Portal Ambiente Legal – 29 de julho de 2020

Em consequência deste protesto outros protestos aconteceram no país em vários outros distritos, em Washington DC. tentaram derrubar a estátua do sétimo presidente, Andrew Jackson, em Boston decapitaram a cabeça de Colombo e assim sucederam vários outros episódios, ao ponto que o Departamento de Segurança dos Estados Unidos teve que criar uma lei emergencial para proteger monumentos históricos no país e destacou uma equipe para proteger os monumentos em todo país durante o 4 de julho, porém no mesmo período o Museu de História Natural, que fica em Nova York, anunciou que iria retirar a estátua em homenagem ao ex-presidente dos Estados Unidos da América, Theodore Roosevelt, por ela simbolizar o poder de superioridade que os brancos exerciam no país sobre os negros e indígenas, através de um negro e um indígena estarem ladeando presidente, que estava montado em um cavalo. Como podemos ver a seguir.

Figura 03: Estátua de Theodore Roosevelt em frente ao Museu de História Natural, em Nova York



Fonte: (Mike Segar/Reuters) - 22/06/2020

Para falar destes movimentos cabe citar o documentário produzido pela Netflix chamado de “A 13ª Emenda”, escrito por Ava Du Vernay. Este é um documentário que trata de uma “ferida aberta” nos Estados Unidos, que é a questão racial, as consequências da abolição da escravatura neste país. Após a guerra civil, que resultou em uma população de negros, maior que a dos brancos que os possuíam como escravos. Surgiu a preocupação de como eles iriam lidar com esta situação? Então os brancos começaram a criminalizar os negros e assim poderiam através de uma brecha na 13ª Emenda, dos Estados Unidos, que diz que todos têm direito à liberdade, exceto se cometerem crimes, se livraram dos negros. E assim qualquer motivo os levava para a prisão. E dessa forma, se explica o alto índice de uma população carcerária, nos Estados Unidos, cuja maioria são negros, seguidos, coincidentemente, por latinos. Esta lei tornou-se um respaldo para a criminalização dos negros, a fim de torná-los cada vez mais marginalizados, enquanto isso, os melhores empregos, as melhores escolas, eram dados às famílias brancas. Como citamos no capítulo 1, sobre como foi institucionalizado o Racismo Estrutural, aqui neste documentário, ratifica como o racismo foi construído ao longo dos séculos.

Em Bristol, a derrubada da estátua aconteceu no dia 7 de junho, e foi de um escravagista inglês, *Edward Colston*⁷, e com certeza serviu de inspiração para o resto do

⁷Edward Colston nasceu em 2 de novembro de 1636. Ou seja, há quase quatro séculos atrás. Ele teve uma ativa participação na vida política dos britânicos em sua época. Era conhecido por todos como um político sagaz. Na época, ele apoiou a construção de escolas, hospitais e igrejas para a população. Isso explicaria

mundo, pois depois disto foi um efeito dominó. Porém, o interessante foi que a causa da derrubada da estátua, foram os protestos do Movimento *Black Lives Matter*, pela morte de *George Floyd*. Um movimento inspirando o outro. Embora segundo o prefeito de Bristol, *Marvin Rees*, a estátua já era alvo de críticas há algum tempo.

Em manifestações antirracistas que acontecem em diferentes países desde o assassinato de *George Floyd*, nos Estados Unidos, esses marcos não têm passado ilesos pelas multidões que caminham nas ruas onde estão instalados, como a escultura do traficante de escravos *Edward Colston*, derrubada, arrastada e jogada em um rio por manifestantes de Bristol, na Inglaterra. (www.correiodopovo.com.br)

O curioso é que neste protesto, os manifestantes derrubaram a estátua com cordas e quando a estátua estava caída, simularam o mesmo movimento que os policiais fizeram para asfixiar *George Floyd*, depois arrastaram a estátua e jogaram no rio, de acordo com a foto abaixo.

Figura 04: Manifestantes derrubam estátua de *Edward Colston*, em Bristol, na Inglaterra.



Foto: *Ben Birchall/PA* via AP - em 7 de junho de 2020

Porém o protesto não parou por aí, pois um artista plástico local, inspirado pelo movimento, criou uma escultura de bronze, retratando uma manifestante negra fazendo o gesto do Movimento Pantera Negra, que era o de levantar sua mão direita de punho fechado

parte da adoração da população por ele naquele momento. Colston foi um dos mais conhecidos traficantes de escravos da época. [Conheça Edward Colston, o genocida que teve sua estátua derrubada \(brasil123.com.br\)](http://brasil123.com.br)

para o alto. E quatro manifestantes foram presos e julgados pelo ato de vandalismo, por trazer custos para retirar a estátua do rio e fazer sua restauração. Então, após a derrubada do monumento, três coisas importantes aconteceram: a primeira, que muitos tomaram conhecimento de quem era *Edward Colston* e com isso vários estabelecimentos que tinham o nome dele, como escolas e teatros, foram rebatizados e a última, que a estátua foi removida para um museu e a outra estátua feita para homenagear a manifestante negra que foi colocada no mesmo pedestal, é certo que não durou muito, apenas 24 horas, mas foi o suficiente para ser captada pelas câmeras fotográficas e espalhadas para o mundo em poucos minutos e ficou eternizada, a ponto da Mestra e Doutora Judite Primo citar esta situação em sua palestra no Museu de Resistência 2022.

Figura 05: Estátua de Jen Reid feita pelo artista plástico Marc Quinn intitulada *A Surge of Power (uma Onda de Poder)*



Fonte: marquinnart/Instagram - 16 de julho de 2020

Nós tivemos um na Inglaterra, aquele que ficou conhecido como comerciante de pessoas escravizadas que tinha sua estátua na Inglaterra e foi jogado ao Rio. (...) E que num movimento de insurgência maravilhoso, nós tivemos uma estátua que foi erigida em favor de uma ativista que se insurgiu durante o movimento e que subiu neste pilar com a mão erguida, com este movimento que ficou muito conhecido pelo movimento "panteras negras" nos Estados Unidos e que é um símbolo do movimento antirracista. Que é curioso (...) foi um desses movimentos sociais que um escultor produz esta estátua em bronze e colocam no lugar e toda a imprensa no mundo tira foto e chama a atenção para esta importância 24 horas depois o poder camarário retirou esta escultura com muita rapidez e ninguém falou muito do assunto que é exatamente essa ideia de que efetivamente nós não temos lugares no espaço público. Nós não temos lugares dentro dos Museus e a nossa pauta também não é aceita dentro da cidade. (...). (PRIMO, 2021)

Como pudemos ler acima, a fala de Judite Primo é assertiva em relação à falta de espaço público para pessoas consideradas “diferentes” e ela abre espaço, não somente para continuar a falar de negros, indígenas e mulheres, mas para falar dos LGBTQI+, assim

como as pessoas com deficiência, mostrando a importância da inclusão como bandeira para uma sociomuseologia⁸ urgente e uma sociedade mais inclusiva.

O movimento *Black Lives Matter* trouxe à tona outras feridas que estavam abertas e serviu de estopim em outros lugares do mundo, como por exemplo, em Cauca na Colômbia⁹. De acordo com a reportagem de Heloisa Vilella do site da revista fórum, é um país no qual os próprios colombianos não se sentem na própria terra e cuja polícia é treinada há anos nos Estados Unidos, o que deixa, o povo, refém de uma polícia treinada para ser violenta e racista. Vejamos em seguida:

"Ser colombiano na Colômbia é como ser negro nos Estados Unidos", dizia o cartaz empunhado por uma jovem, nas ruas de Bogotá, esta semana. Ao fundo, na foto, chamas no meio da noite, a rua tomada por manifestantes. Já são mais de 14 mortos nos protestos que se multiplicaram em diferentes cidades colombianas depois que a polícia matou o advogado Javier Ordoñez, pai de duas crianças, com golpes na cabeça que deixaram várias fraturas no crânio de Javier. A cena foi flagrada com um telefone celular, como aconteceu com George Floyd, nos Estados Unidos. O jornalista Chris Hedges, que já foi correspondente do New York Times no Oriente Médio e também na Colômbia, lembrou, em um programa da RT (Russian TV) que a polícia nacional colombiana já recebeu mais de 140 milhões de dólares dos Estados Unidos para treinamento dos oficiais desde o ano 2000. (VILLELLA, 2020)

Porém estes protestos oriundos dos Estados Unidos serviram também para despertar os indígenas, que em setembro de 2020, derrubaram a estátua do algoz de seu povo, Sebastián de Belalcázar, segundo a reportagem da jornalista Charlotte Eaton.

Isto é, até 17 de setembro de 2020, quando manifestantes indígenas em Cauca, Colômbia (a região mais indígena do país) derrubaram uma estátua do colonizador espanhol e escravista Sebastián de Belalcázar, que estava localizada no "Morro de Tulcán", local de uma pirâmide indígena. A derrubada do monumento marca um momento decisivo na história de uma nação que até 1991 não reconhecia a igualdade de direitos e a participação dos povos indígenas na sociedade. No entanto, os laços entre a estátua e o legado colonial na Colômbia são muito mais profundos do que a figura a quem o monumento celebra, e contam

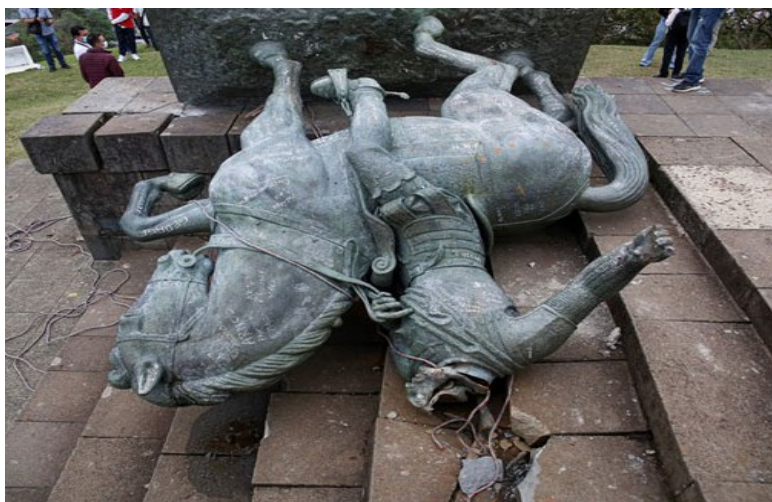
⁸A Sociomuseologia traduz uma parte considerável do esforço de adequação das estruturas museológicas aos condicionalismos da sociedade contemporânea. A Sociomuseologia constitui-se assim como uma área disciplinar de ensino, investigação e atuação que privilegia a articulação da museologia em particular com as áreas do conhecimento das Ciências Humanas, dos Estudos do Desenvolvimento, da Ciência de Serviços e do Planejamento do Território. A Sociomuseologia assenta a sua intervenção social no património cultural e natural, tangível e intangível da humanidade.

⁹A Colômbia foi ocupada pela Espanha em 1525 por meio do processo de colonização espanhola em diversas localidades da América do Sul. Já o processo de autonomia em relação à Espanha iniciou-se de forma escalonada, por meio da formação da Nova Granada, da Grande Colômbia e, por fim, da Colômbia, em 1886. Colômbia: dados, mapa, economia, curiosidades - Mundo Educação (uol.com.br)

uma longa história. Traçando a origem desta escultura, podemos ver como sua queda representa a recuperação da história e do patrimônio colombiano, de diferentes formas. (EATON, 2020)

Esta é uma questão antiga e há muito tempo esperada, porque o local em que o monumento estava erguido era uma terra sagrada pelos indígenas da comunidade Misak, um cemitério, no Morro del Tulcán. O movimento *Black Lives Matter* serviu como a última gota que faltava para que um oceano de injustiças guardadas por cinco séculos jorrasse como cachoeira para lavar 500 anos de genocídio, escravidão e muito mais de um povo que só teve voz no final do século XX, de acordo com Charlotte que diz “A derrubada do monumento, marca um momento decisivo na história de uma nação, que até 1991 não reconhecia a igualdade de direitos e a participação dos povos indígenas na sociedade”. E desta forma o povo, originário da Colômbia, poderá recuperar a identidade que o colonialismo excluiu deles sistematicamente, ao longo de séculos.

Figura 06: Estátua de Sebastián de Beltrán derrubada e decapitada



Fonte: Julian Moreno/AFP via Getty Images - 30 de setembro de 2020

São parte da história que não queremos ou evitamos ver e mexer, porque se trata de uma ferida aberta que para ser curada precisaria de muito respeito, igualdade, devolução de bens roubados e isso é praticamente impossível num mundo capitalista em que vivemos.

O Movimento também reverberou aqui no Brasil, na cidade de São Paulo alguns manifestantes, no dia 24 de julho de 2021, incendiaram a estátua de Borba Gato. De acordo com a plataforma digital de notícias G1, “um grupo de pessoas desembarcaram de um caminhão e começaram a espalhar pneus pela via e nos arredores do monumento e atearam

fogo na estátua por volta das 13h30 do dia 24 de julho de 2021, e ninguém ficou ferido e nem foram detidos”.

Figura 07: Estátua de Bandeirantes Borba Gato sendo incendiada



Foto: Gabriel Schlickmann/Ishoot/Estadão Conteúdo - 24 de julho de 2021

Incêndio atingiu a estátua de Borba Gato, na zona sul de São Paulo, na tarde deste sábado, 24 de julho de 2021. Nas redes sociais, o ataque foi relacionado ao papel do bandeirante Borba Gato na caça e escravidão de índios e negros. A SPTrans informa que 15 linhas de ônibus que passam pela Avenida Adolfo Pinheiro com a Rua Bela Vista, na Praça Augusto Tortorelo de Araújo, estão sendo desviadas desde às 13h50 deste sábado em razão de interferência na via. (G1, 2021)

Há muito tempo este tipo de monumento tem sido alvo de protestos, O fato ocorrido devido aos protestos pela morte de George Floyd, na verdade, não chegou ao Brasil através deste incêndio icônico, em 2021, antes disso, os movimentos antirracistas organizaram um manifesto, em junho de 2020, intitulado “Enquanto houver racismo, não haverá democracia”. De acordo com o site Le Monde Diplomatique Brasil.

São esses motivos que levam a Coalizão Negra por Direitos a dizer em seu manifesto “Enquanto houver racismo, não haverá democracia” (<https://comracismonaohademocracia.org.br/>), lançado em 14 de julho de 2020, que “o Brasil é um país em dívida com a população negra – dívidas históricas e atuais”. Nosso manifesto é um alerta à sociedade brasileira e, por isso, expressamos: “Não há democracia, cidadania e justiça social sem compromisso público de reconhecimento do movimento negro como sujeito político que congrega a defesa da cidadania negra no país. Não há democracia sem enfrentar o racismo, a violência policial e o sistema judiciário que encarcera desproporcionalmente a população negra. Não há cidadania sem garantir a redistribuição de renda, trabalho, saúde, terra, moradia, educação, cultura, mobilidade, lazer e participação da população negra em espaços decisórios de poder. Não há democracia sem garantias constitucionais de titulação dos territórios quilombolas e o respeito ao modo de vida das comunidades tradicionais, sem contaminação e degradação dos recursos naturais necessários para a reprodução física e cultural. Não há democracia sem

o respeito e liberdade religiosa. Não há justiça social sem que as necessidades e os interesses de 55,7% da população brasileira sejam plenamente atendidos”. (SANT’ANA, MENEZES, 2020)

Assim, além de um recado bem contundente, o Brasil despertou para toda injustiça racial, genocídio, escravidão, povos dizimados, terras roubadas, enfim serviu tanto para classe artística e a sociedade brasileira se atentar ao Racismo Estrutural que insiste em ser camuflado por aqui. Apesar da mídia divulgar o manifesto, as autoridades não reviram seus posicionamentos em relação aos movimentos e nem se propuseram a discutir sobre os patrimônios históricos e tudo o que eles representam. Como podemos ler no discurso de Marta Borin, docente do departamento de Metodologia do Ensino e coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), em entrevista para o site da SEDUFSM (Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal de Santa Maria – RS).

O discurso contido no nome das ruas, nos monumentos, nas edificações, nas praças, nas exposições dos museus, permite conhecer não somente a história que se quer contar, como também um conjunto de signos. No entanto, a maneira como se transmite o saber em cada sociedade é diferente, depende do background de cada um, do que se conhece sobre história e patrimônio, entendido como um campo de conflitos, material e simbólico, entre classes de diferentes grupos. Daí a nossa luta pela igualdade de educação. (BORIN, 2021)

Marta Borin traz uma abordagem sobre a escolha dos patrimônios tanto os monumentos que ficam nas praças, quanto nas exposições dos museus. E ela nos convida a pensar sobre o que tudo isto significa, o que está por trás ou melhor quem está por trás das escolhas e o que pretendem com elas? E ainda continua alertando sobre a importância de se dar voz a diferentes grupos e problematiza sobre a revisão da história ser recontada:

No campo do patrimônio é necessário dar voz aos diferentes grupos sociais, aos marginalizados, tradicionalmente relegados ao esquecimento, pois todos são protagonistas da história. Neste sentido, somos convidados a “ler”, a conhecer, a nos apropriarmos dos bens patrimoniais da cidade, para que possamos problematizar e questionar a história construída, geralmente representada por um conjunto de “tradições inventadas”, como por exemplo, os monumentos, as mitologias, heróis e heroínas nacionais, que têm por objetivo criar e comunicar “identidades nacionais” elitizadas. (BORIN, 2021)

Esta fala, da professora Marta, traz a reflexão para que haja uma transformação em nível social, para que se reverta a história, e como também falou a Dr^a Judite Primo, é

preciso dar espaço em monumentos públicos de forma que contemplem toda a sociedade, dando esta representatividade necessária, atualmente. E este é o clamor das ruas, clamor dos movimentos antirracistas, movimentos feministas que clamam por novas representatividades na sociedade que ainda é regida pela minoria que decide.

E por que esta estátua do Borba Gato foi e tem sido atacada, aqui no Brasil? Porque ela representa um grupo de “heróis” para uma minoria que dominou por muito tempo, e que hoje já não é mais aceita. Porque as pessoas estão questionando e lutando muito mais pelos seus direitos. Porque o Borba Gato representa os bandeirantes que foram homens que “desbravaram” o país, mas que o preço foi a morte de muitos índios. Inicialmente eles capturavam os índios e mais tarde também capturavam escravos fugitivos. Foi criado o preconceito que o índio era preguiçoso e este preconceito em relação aos índios foi instaurado nos tempos do Brasil Colônia, através dos bandeirantes, e mais tarde, aos negros também. Borba Gato representa tudo o que os bandeirantes fizeram contra os indígenas e os escravos, negros fugitivos. Por esta razão, a estátua de Borba Gato foi incendiada em São Paulo.

3.2 LEIS INTERNACIONAIS QUE PROTEGEM O PATRIMÔNIO CULTURAL

Fazendo uma revisão das Leis sobre o tema, fomos atrás de Leis de proteção aos monumentos, que são em sua maioria patrimônio histórico de cidades, estados e países, até para ter um respaldo legal sobre estes atos de destruição e também para mostrar que os monumentos são patrimônios históricos e como tais, merecem respeito e que estas destruições são contra as leis, independentemente, se hoje elas não simbolizem a identidade da maioria.

Por se tratar de um fenômeno mundial, a derrubada de monumentos e estátuas que representam o poder hegemônico perpetuados por séculos, devido ao Movimento *Black Lives Matter*, fomos buscar as Leis internacionais que defendem a proteção de patrimônios. Porém, primeiro é necessário conceituar o que é o Patrimônio Cultural. De acordo com a Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), reunida em Paris de 17 de outubro a 21 de novembro de 1972, na sua décima sétima sessão, no Artigo primeiro:

Para fins da presente Convenção serão considerados como património cultural: Os monumentos. – Obras arquitetônicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos de estruturas de carácter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos com valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

Os conjuntos. – Grupos de construções isoladas ou reunidos que, em virtude da sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

Os locais de interesse. – Obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo os locais de interesse arqueológico, com um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico. (UNESCO, 1972)

Com o conceito de patrimônio definido podemos seguir e analisar trechos da Carta de Veneza, elaborada pelo Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), em (1964¹⁰). Esta carta veio para complementar a carta de Atenas (1931) que tratou sobre a restauração de estruturas arquitetônicas e esta carta veio falar também de outros bens culturais como: esculturas e outras obras artísticas; e a partir da sua publicação os países começaram a criar leis de proteção destes bens patrimoniais, inspiradas nos artigos 3º, 6º, 7º e 8º abaixo descritos.

Artigo 3º - A conservação e a restauração dos monumentos visam a salvaguardar tanto a obra de arte quanto o testemunho histórico.

Artigo 6º - A conservação de um monumento implica a preservação de um esquema em sua escala. Enquanto subsistir, o esquema tradicional será conservado, e toda construção nova, toda destruição e toda modificação que poderiam alterar as relações de volumes e de cores serão proibidas.

Artigo 7º - O monumento é inseparável da história de que é testemunho e do meio em que se situa. Por isso, o deslocamento de todo o monumento ou de parte dele não pode ser tolerado, exceto quando a salvaguarda do monumento o exigir ou quando o justificarem razões de grande interesse nacional ou internacional.

Artigo 8º - Os elementos de escultura, pintura ou decoração que são parte integrante do monumento não lhes podem ser retirados a não ser que essa medida seja a única capaz de assegurar sua conservação. (ICOMOS - Carta de Veneza - 1964)

Segundo a Carta de Veneza poderíamos analisar as manifestações que culminaram com a derrubada de estátuas como vandalismo, além de crime contra os patrimônios. Afinal esta carta foi elaborada em 1964, durante o Segundo Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos, para complementar a Carta de Atenas feita em 1931, pois esta estava defasada em relação às necessidades que estavam crescendo. Na

¹⁰ II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos ICOMOS Conselho Internacional de Monumentos e Sítios Escritório Carta Internacional sobre Conservação e Restauração de Monumentos e Sítios- Maio de 1964 [Microsoft Word - CP2 - Carta de Veneza 1964.doc \(iphan.gov.br\)](#)

verdade, estas cartas foram a forma que as instituições responsáveis pela arquitetura no mundo, encontraram para dizer “basta!” às destruições de monumentos históricos e símbolos de memórias coletivas que estavam sendo destruídos ao longo da história.

O fato é que. monumentos estão sendo destruídos, vandalizados, independentemente, do que representam, pois o que estamos discutindo aqui é, se temos o direito de derrubar monumentos, quando eles não nos representam, estando eles sob a proteção das leis.

Não vou abordar os tratados de Haia e ainda outros que têm o mesmo conteúdo em sua essência que é a proteção dos patrimônios em tempos de guerra, porque eles não tratam do assunto aqui analisado. Por isso, iremos continuar na conferência da UNESCO, pois o Artigo quinto de 1972, diz o seguinte:

ARTIGO 5.º

Com o fim de assegurar uma proteção e conservação tão eficazes e uma valorização tão ativa quanto possível do património cultural e natural situado no seu território e nas condições apropriadas a cada país, os Estados parte na presente Convenção esforçar-se-ão na medida do possível por:

- a) Adotar uma política geral que vise determinar uma função ao património cultural e natural na vida coletiva e integrar a proteção do referido património nos programas de planificação geral;
- b) Instituir no seu território, caso não existam, um ou mais serviços de proteção, conservação e valorização do património cultural e natural, com pessoal apropriado, e dispor dos meios que lhe permitam cumprir as tarefas que lhe sejam atribuídas;
- c) Desenvolver os estudos e as pesquisas científicas e técnica e aperfeiçoar os métodos de intervenção que permitem a um Estado enfrentar os perigos que ameaçam o seu património cultural e natural;
- d) Tomar as medidas jurídicas, científicas, técnicas, administrativas e financeiras adequadas para a identificação, proteção, conservação, valorização e restauro do referido património; e
- e) Favorecer a criação ou o desenvolvimento de centros nacionais ou regionais de formação nos domínios da proteção, conservação e valorização do património cultural e natural e encorajar a pesquisa científica neste domínio. (UNESCO, 1972)

Ou seja, cada país tem que ter as suas próprias Leis de proteção patrimoniais. Apesar disso a UNESCO continuou a avançar, e em 2002, com a Declaração Universal da Diversidade Cultural, que inclui oficialmente a diversidade cultural no conceito de património comum da humanidade, na parte que diz “[...] o património, em todas suas formas, deverá ser preservado, valorizado e transmitido às gerações futuras como testemunho da experiência e das aspirações humanas [...]” (UNESCO, 2001, art. 7º).

E a UNESCO não parou por aí, pois na Convenção de 2003, ela dispôs de mais cinco categorias de modalidades para serem patrimonializadas, são elas:

- a) tradições e expressões orais, incluindo a língua como veículo do patrimônio cultural imaterial; b) expressões artísticas; c) práticas sociais, rituais e atos festivos; d) conhecimentos e práticas relacionadas à natureza e ao universo; e) técnicas artesanais tradicionais” (UNESCO, 2003, art. 2º § 2º).

Assim, a UNESCO consegue viabilizar a permanência destas diferentes expressões culturais. E em 2005, a UNESCO avança através da Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, todas estas ações corroboraram para que cada vez mais os patrimônios imateriais fossem valorizados e fossem salvaguardados também. Porém ainda estava faltando uma lei de proteção aos museus, suas coleções, sua diversidade e o seu papel na sociedade e a UNESCO conseguiu este feito em 2015.

E pelas reportagens feitas nas derrubadas de monumentos pelo mundo, pudemos constatar que, pessoas foram presas, outras foram acusadas por cometerem crimes contra os patrimônios culturais, portanto, o que podemos concluir, é que existem leis e elas podem ser municipais, estaduais ou federais. Dessa forma, as leis internacionais chamam à responsabilidade individual dos países para esta proteção, portanto, existem leis e as leis são feitas para serem cumpridas, então, que cada um siga a sua consciência.

4 OUTROS CAMINHOS POSSÍVEIS

Este capítulo vai abordar a contribuição dos museus neste processo de mudança social e, resumidamente, vou começar pela Mesa Redonda de Santiago em 1972. E falar sobre a importância dela na Museologia, pois foi o *start* da Museologia Social, do Museu Integral na Resolução 5, no qual nos diz:

Uma instituição ao serviço da sociedade, da qual é parte inalienável e tem na sua essência os elementos que lhe permitem participar na formação da consciência das comunidades a que servem e através desta. A conscientização pode contribuir para a ação dessas comunidades projetando sua atuação na esfera histórica que deve culminar na problemática atual;" (Resoluções, 1972).

Segundo Primo, “Pela primeira vez foi realizado, pela UNESCO, um seminário regional na língua espanhola, havia profissionais da América Latina. Aconteceu, em plena Ditadura, na maioria dos países sul-americanos.” (2021). Então, de certa forma, foi um passo grandioso, primeiro por dar voz aos países colonizados, segundo por se tratarem de países vivendo um regime político ditatorial e por último e não menos importante, por dar às comunidades o seu devido lugar nos museus, tirando o foco dos objetos e se deixando humanizar. Foi realmente um marco. Depois veio, em 1984, a Mesa redonda de Quebec, que trouxe a discussão sobre a Nova Museologia, os Ecomuseus como diz nos itens resultantes desta Mesa, algumas decisões importantes foram tomadas e como resumiu, Judite Primo, em sua palestra de abertura de Museus de Resistência 2021:

A Memória coletiva como principal patrimônio; O Sujeito Social em substituição aos objetos da coleção; Assumir a criação e seu movimento contrariando a estagnação; Os sujeitos/objetos museais visam o desenvolvimento comunitárias; Alarga-se a noção de espaço arquitetônico para a adoção de território; A interdisciplinaridade; A interpretação transforma a metodologia museográfica; A metodologia museográfica tem por base a participação popular; Mudança de noção do visitante passivo para a adoção da memória coletiva e dos sujeitos sociais; Renovação das atitudes, as relações e os hábitos de trabalho museal. Ocasionalmente uma mudança profunda. (PRIMO, 2021)

Em 2007, Moutinho apresenta a definição da Sociomuseologia que trouxe um novo momento aos museus, que começa a intervir socialmente no patrimônio cultural e natural, tangível e intangível, juntamente com a comunidade, trazendo um novo olhar. E

de acordo com Judite Primo, “Reconhecer plenamente a amplitude da definição do que é patrimônio e reconhecer a importância da relação das questões sociais e a importância dos indivíduos neste processo”. E Judite não parou por aí, pois na sua fala, ela ainda destaca que: “Hugues de Varine, em 2017, traz a sua interpretação da Sociomuseologia, e faz os estudos e reflexões que ela traz em todo mundo (...), que traz na sua base o respeito pelos humanos, o respeito pelos direitos humanos e pela inclusão.”

Com este impulso da Nova Museologia, do Museu Integral e da Sociomuseologia temos armas para lutar com os traumas históricos e ressignificar os monumentos e bens patrimoniais que tanto traz dor a uma parte da sociedade, que é resistente, resiliente e nestes últimos acontecimentos, insurgentes.

Diante dos fatos ocorridos e de vermos o que os teóricos pensam, neste capítulo vamos mostrar outros caminhos que podemos trilhar diante das reivindicações crescentes dos grupos que se sentem excluídos e esquecidos, sem representatividade nos monumentos patrimonializados pelo mundo. Podemos citar a Musealização dos monumentos derrubados trazendo uma ressignificação de novas narrativas, trazendo o conceito de Musealização de Mário Chagas e de Bruno Brulon. Mostraremos, também, o que foi feito em São Paulo, no Memorial da Resistência, que tornaram um local de torturas, durante a ditadura militar, num lugar de memória, assim como no Parque Argentino, locais que têm memórias doloridas, é verdade, mas que apesar disso, não podem cair no esquecimento, porque é preciso mostrar o lado do oprimido também. Outros dois caminhos a serem abordados aqui, é o fenômeno dos antimonumentos, que trazem a proposta de lidar com as violências sociais através do viés das artes, como exemplo traremos algumas obras e a história de Sethembile Msezane, artista sul-africana, assim como o casal alemão Jochen e Esther Gerz. E por último, traremos o estrago que o patriarcado causou nas mulheres, mas também falaremos de duas mulheres que fazem verdadeiros monumentos através de suas artes, a Gugie, Monique Cavalcanti em Florianópolis, fazendo homenagens e dando voz às mulheres negras e Shamsia Hassani no Afeganistão, mostrando as lutas das mulheres afegãs diante do patriarcado violento do Talibã, através de sua arte, uma arte que é conhecida como arte urbana e que pode ser encontrada nas ruas das cidades delas, que é o Grafite.

4.1 MUSEALIZANDO MONUMENTOS

Este caminho não é nenhuma novidade, mas também não é fácil de ser executado por depender do poder público vigente e não somente das reivindicações populares, e de boa vontade de museólogos, antropólogos, historiadores e outros profissionais que, de certa forma, estão envolvidos neste processo. Esta prática vem do tempo do colecionismo, tempos em que os despojos de guerra e de conquistas de novas terras eram mostrados com orgulho por meio das peças artísticas e dos monumentos culturais dos povos derrotados. Temos como um exemplo o Museu do Louvre.

Mário Chagas uma das referências vivas da Museologia Brasileira afirma:

Eis o poder do museu. Não há monumento, Não há documento, não há patrimônio cultural ou natural, não há cotidiano ou festa que resista ao seu canto, ao seu encanto e à sua capacidade de produção simbólica e de transformação de sentidos. Síntese provisória: nesse mundo, de meus deus, tudo é museável, tudo pode, pelo menos em tese, ser incluído no campo de possibilidades do museu. (...) Por essa vereda, pode-se considerar o museu como ponte entre tempos, espaços, indivíduos, grupos sociais e culturas diferentes; ponte que se constrói com imagens e que tem no imaginário um lugar de destaque. (CHAGAS, 2005, p. 18) (grifo meu)

Esta fala de Chagas vem ratificar a tendência de Musealização do monumento, visto que para ele, tudo é museável e pode ser incluído no museu. Com as derrubadas das estátuas coloniais, esta possibilidade se torna um caminho viável, servindo como pontes e construindo novas narrativas e ressignificando o objeto, neste caso, o monumento.

É certo que as homenagens feitas aos “heróis” da colonização não são feitas apenas em pedra e cal, elas são feitas nos nomes de escolas, de ruas, teatros, centro de eventos e outros lugares, é necessário fazer uma super revisão e fazer novas leis que estejam mais voltadas para a vontade da sociedade, do que de seus políticos, o que é uma utopia. Mas é uma outra coisa a se pensar.

Voltando à musealização dos monumentos, quando aconteceu a derrubada da estátua de Edward Colston, em Bristol, o prefeito da cidade autorizou a remoção da estátua para um museu e muitas pessoas deram e aprovaram essa sugestão, e ainda pediram que retratassem o episódio de sua derrubada, fazerem as estátuas das pessoas segurando as correntes e a estátua inclinada sugerindo como foi a sua queda. Uma forma interessante de ressignificar este monumento.

Segundo Bruno Brulon (2018), “o primeiro passo da musealização é a definição de uma intenção. Tal definição só pode se dar acompanhada de pesquisa – teórica e empírica – a partir das intenções plurais que guiam a musealização”. O comentário de Bruno

confirma que a musealização de um monumento, como de qualquer objeto, acontece uma metamorfose, dando a eles novos sentidos perpetuamente, e neste caso, a memória é preservada, mas a estátua como objeto museal traz em si “n” significados, trazendo várias possibilidades e novas representatividades. Porém há de se considerar, com muito cuidado, como se vai musealizar os monumentos derrubados, para que o museu não seja confundido como um coadjuvante do poder hegemônico colonial, como nos alerta, Felipe Kremer Ribeiro, em seu artigo, “Musealizar a Queda”, de 2020.

No que diz respeito à ética museológica desse deslocamento de obras, é importante que fique claro que migrar estátuas de supremacistas para o espaço fechado e controlado, menos protege as estátuas do que expõe os museus! Como levar as estátuas ao museu de forma que a força antirracista que a derrubou e deslocou não seja novamente apagada? (RIBEIRO, 2020, p.152)

Este é um bom desafio para a Museologia do século XXI, é certo que muita coisa tem mudado, quando se deu voz às comunidades, quando o museu saiu de quatro paredes e quando ele se tornou integral, mais voltado para a educação e para o social, mas devemos rever estas posições e sermos mais antirracistas.

4.2 MEMORIAIS E RESISTÊNCIA

Outro caminho a seguir é transformar lugares de violência em museus como aconteceu no Museu da Ilha Grande no Rio de Janeiro e no Memorial de Resistência em São Paulo, assim como no Parque de La Memoria na Argentina.

O que é um Memorial? É um tipo de museu? Segundo Vieira o Memorial é um tipo de monumento, pois o seu conceito ainda está sendo definido, mas a Ana através de pesquisas para o seu artigo nos diz:

São monumentos à memória onde a cultura material seria, portanto, meio e não fim. (...) Enquadra-se na tipologia dos museus de história e sociedade. Foi concebido para estudar, reunir coleções e objetos testemunhos, divulgar e salvaguardar a memória da imigração em São Paulo. Instalado na antiga Hospedaria de imigrantes, tombada pelos órgãos oficiais de preservação do Patrimônio Histórico é ao mesmo tempo um Memorial, criado pelo Poder Público em resposta ao reconhecimento pela sociedade, do Patrimônio Histórico da imigração, dos imigrantes e seus descendentes (VIEIRA, 2006, p. 2) (grifo meu)

Como não há ainda uma definição no ICOM, IBRAM – Instituto Brasileiro de Museus, órgãos que são, reconhecidamente, responsáveis por estas instituições, fomos

buscar em artigos e encontramos este, da Ana¹¹ Maria Costa Leitão Vieira, que foi escrito em 2006, intitulado “Os Memoriais são um novo gênero de museu?”, sendo ou não museu eles são um monumento da memória do que aconteceu naquele local, como é o caso do Memorial da Resistência em São Paulo.

O Memorial foi aberto, oficialmente, em 2002, com o nome de Memorial da Liberdade, mas, em 2006, o Fórum Permanente de ex-Presos e Perseguidos Políticos do Estado de São Paulo, se mobilizou em prol da mudança do nome, porque eles não concordavam que um lugar que teve tanta dor e sofrimento tivesse o nome de Memorial da Liberdade. Então, em janeiro de 2009, o Memorial foi reinaugurado com o nome de Memorial da Resistência e tinha o compromisso de não deixar esquecido as decisões de opressão exercida pelo poder da ditadura. E qual é o impacto desse espaço na cidade de São Paulo? O impacto é mostrar para a sociedade, para o poder político que a resistência do Memorial existe para mostrar que as torturas existiram e que devemos aprender com os erros e devemos usá-los para problematizar e causar mudanças na sociedade e em nossas narrativas em relação aos Direitos Humanos.

Figura 08: Fachada do Memorial da Resistência



Fonte: Acervo e educação são valorizados com novo site do Memorial - Memorial da Resistência (memorialdaresistencia.org.br). Foto: João Leoci s.d.

De acordo com o Plano Museológico do Memorial, que está vigente desde 2019 e vai até 2023, em seu Programa de Pesquisa e de Salvaguarda está prevista a pesquisa, a

¹¹Ana foi diretora do Memorial do Imigrante em São Paulo de 2005 até 2010 e atualmente ela está na direção no Museu da Pessoa desde 2011. Ela é formada em Filosofia em 1972 pela PUC (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo) e conclui o curso complementar em Museologia Avançada, pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, FESPSP, em 1989. (fonte Escavador)

coleta e o inventário, que vão além dos relatos do que aconteceu no DEOPS/SP e inclusive faz parte do acervo, outros relatos de lugares contemporâneos que passaram pelas mesmas violências. O acesso parcial do acervo pode ser feito no site do Memorial.

Seu espaço expositivo permanente é dividido em quatro núcleos. A expografia utilizada é através de textos, a fim de informar historicamente e de alguns testemunhos acompanhados de imagens. O local é um verdadeiro documento histórico, pois suas instalações estão carregadas de memórias traumáticas. Assim sendo, o primeiro módulo conta a história do edifício por meio dos textos e vídeos explicativos. E este espaço serve como uma introdução aos demais núcleos.

O módulo 2 traça uma linha cronológica na qual consta fatos sobre o edifício, presidentes, governadores de São Paulo, legislação, repressão e resistências, todos subdivididos por cores. Muitas fotos e documentos expostos evidenciando o poder para o controle e a repressão dos cidadãos.

O módulo 3 aborda as estratégias, contextualizada no espaço prisional no Brasil republicano representados por equipamento multimídia e outros recursos;

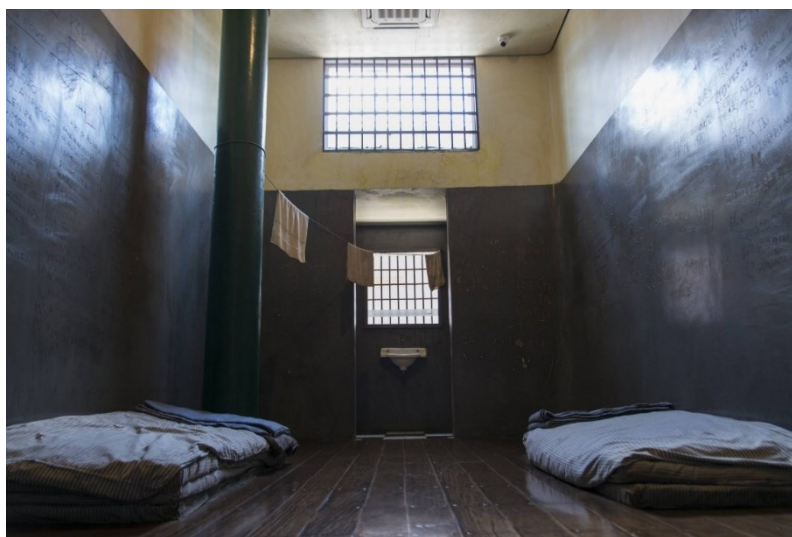
O módulo 4 representa as últimas celas remanescentes do antigo DEOPS/SP e o local do banho de sol que foi adaptado para ser exposto, por meio de testemunhos do cotidiano da prisão. As celas são 4, além de um corredor para o banho de sol. Que podemos ver nas Figuras 09 a 11.

Figura 09: Espaço expositivo Controle, Repressão 4 Resistência



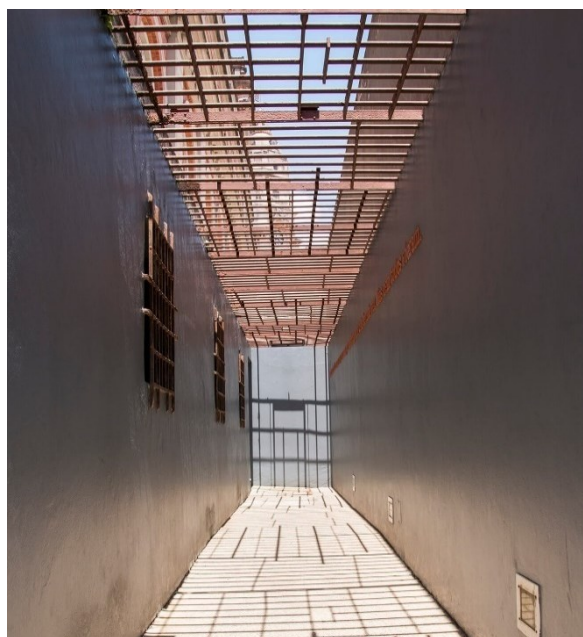
Fonte: Acervo e educação são valorizados com novo site do Memorial - Memorial da Resistência (memorialdaresistencia.org.br). Foto: João Leoci s.d.

Figura 10: Cella do Memorial de Resistência



Fonte: Acervo e educação são valorizados com novo site do Memorial - Memorial da Resistência (memorialdaresistenciasp.org.br). Foto: João Leoci s.d.

Figura 11: Corredor do banho de sol



Fonte: Acervo e educação são valorizados com novo site do Memorial - Memorial da Resistência (memorialdaresistenciasp.org.br). Foto: Levi Fanon s.d

Além da exposição de longa duração, o Memorial apresenta uma exposição temporária, ele é administrado pela Pinacoteca e oferece cursos, palestras, debates.

Outro exemplo que iremos mostrar aqui é o Parque de la Memoria-Monumento a las Víctimas del Terrorismo de Estado - Parque da Memória-Monumento às Vítimas do Terrorismo do Estado, em Buenos Aires, na Argentina. Este Parque/Monumento surgiu da necessidade de não se deixar esquecer o terror vivido pelos argentinos, durante a ditadura

que se instalou no país, no governo militar, no período de 1976 a 1982. Nesta ocasião, os opositores ao governo, em sua maioria jovens, simplesmente desapareciam, eram presos, torturados e ninguém dava informações sobre eles, a ponto de, em 1977, nascer um movimento conhecido como, as Mães da Praça de Maio, que eram mães que usavam lenços brancos em suas cabeças simbolizando as fraldas de seus filhos, pois durante a ditadura militar, além de jovens desaparecidos, muitas mulheres grávidas que foram presas tiveram seus filhos no cativeiro e seus filhos foram arrancados de seus braços, um verdadeiro horror. E este movimento ganhou as manchetes internacionais e uma de suas idealizadoras¹² foi sequestrada, torturada e morta, mas o movimento só crescia, afinal de contas elas fizeram a conta de 30 mil mortos, enquanto o governo admitia somente nove mil desaparecidos.

Figura 12: Protesto das Mães da Praça de Maio



Fonte: Site Parque da Memória homenageia vítimas da ditadura (aguiarbuenosaires.com) s.d.

Hoje em 2023, O depoimento forte de um professor de Direito brasileiro, Afonso Nascimento, que foi a Buenos Aires como turista e se deparou com o horror presente no ESMA (Escola Superior de Mecânica da Marinha)¹³, que na época da ditadura militar era um lugar clandestino para torturas, ele disse o seguinte:

¹² Azucena Villaflor de De Vinci, Em 10 de dezembro de 1977, Dia Internacional dos Direitos Humanos, as Mães publicaram um anúncio de jornal com os nomes de seus filhos desaparecidos. Dizem que ela foi levada para o infame centro de tortura, da ESMA (atual Escola de Mecânica da Armada), e de lá em um "vôo da morte" para o oceano ao largo da costa. Durante esses vôos, os sequestrados foram drogados, despidos e jogados ao mar.

¹³ Disponível em: USOS DO RIO DA PRATA PELA DITADURA MILITAR ARGENTINA - Jornal do Dia (jornaldodiase.com.br)

O que acontecia a essas pessoas até desaparecerem? “O detido-desaparecido entrava no centro clandestino e era conduzido ao porão, onde era submetido a torturas com o objetivo de obter informações. Depois do interrogatório era levado aos espaços de reclusão localizados no terceiro andar.” Usavam capuz. Mais tarde, “quando os repressores decidiam o destino dos prisioneiros, eram levados novamente ao porão onde, em fila, recebiam injeções de pentoral para adormecê-los antes dos vôos da morte” (Cf. Documento entregue antes da visita chamado “Memória, Verdade e Justiça”). (NASCIMENTO, 2023)

Para falar sobre o Parque de La Memoria é importante contextualizar os acontecimentos da época ditatorial, para que se entenda o porquê da criação do Parque e do Memorial, assim como o local escolhido, pois foi um local estratégico por fazer parte da dor diária dos argentinos que viam perplexos aos milhares de corpos que apareciam na orla do Rio da Prata, segundo Cabral (2016), a construção foi demorada, pois demorou 11 anos para ser inaugurado:

O Parque de la Memoria é um espaço emblemático para a memória e as representações da última ditadura militar na Argentina (1976-1983). É um espaço público construído em homenagem às vítimas da última e mais violenta ditadura militar¹⁶. Situado à 10km do centro de Buenos Aires, numa área de quatorze hectares margeantes ao Río del Plata, o local insere-se em um local crucial da topografia de dor de Buenos Aires: às margens do rio onde os corpos mortos eram jogados desde os apelidados Vuelos de la Muerte; perto do aeroporto Jorge Newberry, de onde saíam os Vuelos e nas imediações da Universidade de Buenos Aires (UBA), onde estudavam muitos dos desaparecidos. A iniciativa da construção partiu de organizações de direitos humanos e grupos da sociedade civil argentina e, apesar das discussões sobre o caso terem sido iniciadas no começo de 1990, somente em 2001, após um longo processo de disputas, foi inaugurada a primeira parte do parque. Atualmente o lugar é composto pelo monumento a Las victimas del terrorismo de Estado, onde estão escritos parte dos nomes dos desaparecidos, um conjunto poli escultural e um espaço educacional. (CABRAL, 2016)

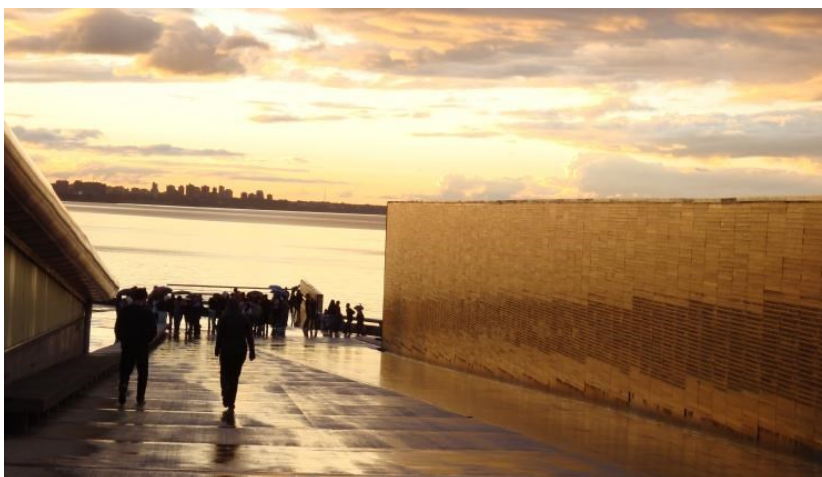
De acordo com Lautaro Ferrari da Silva (2022), a Figura a seguir é a área na qual se encontra o Memorial das Vítimas do Terrorismo do Estado, “consiste em grandes muros em forma de zigue-zague (...), também interpretados como uma cicatriz, onde estão talhados em pedra os nomes dos cerca de trinta mil desaparecidos, vítimas do terrorismo de Estado argentino (décadas de 1970 e 1980)”.

Figura 13: Este trajeto do Parque que leva ao Monumento é feito de forma a retratar uma cicatriz e desemboca no Rio da Prata.



Fonte: no site Parque da Memória homenageia vítimas da ditadura (aguiarbuenosaires.com) s.d.

Figura 14: Pessoas descendo a rua que leva ao Rio da Prata ao lado do muro no qual estão escritos os 30 mil nomes. O Memorial das Vítimas do Terrorismo do Estado.



Fonte: no site Parque da Memória homenageia vítimas da ditadura (aguiarbuenosaires.com) s.d.

Estes dois exemplos são fortes, e estão pulsantes na memória de quem viveu e que se tornou memórias traumáticas coletivas, pois os dois exemplos foram de vítimas de ditaduras de dois países vizinhos da América do Sul, que viveram os horrores da violência política e que fizeram disto um alerta. para que isto não venha acontecer mais. Para que as gerações futuras olhem para estes Memoriais e vejam os sinais que foram deixados, as marcas das feridas abertas de tantas vítimas, a fim de que isto não aconteça mais. Porém, ainda há uma coisa que ainda não foi dita, mas que está trazendo incômodo, depois dos episódios das derrubadas de monumentos coloniais, o porquê de ainda hoje em pleno século XXI, ainda não há nenhum memorial pelo genocídio dos povos indígenas e nenhum para se retratar a escravidão, como bem fala Rafaela Fernandes:

Entretanto, partindo do pressuposto de que os monumentos são formas de narrar a história, é preciso inquirir sobre a estranha ausência dos memoriais ao genocídio dos povos nativos americanos, assim como dos monumentos que fariam referência à escravidão dos povos africanos. (FERNANDES, 2022, p. 430)

4.3 ANTIMONUMENTOS

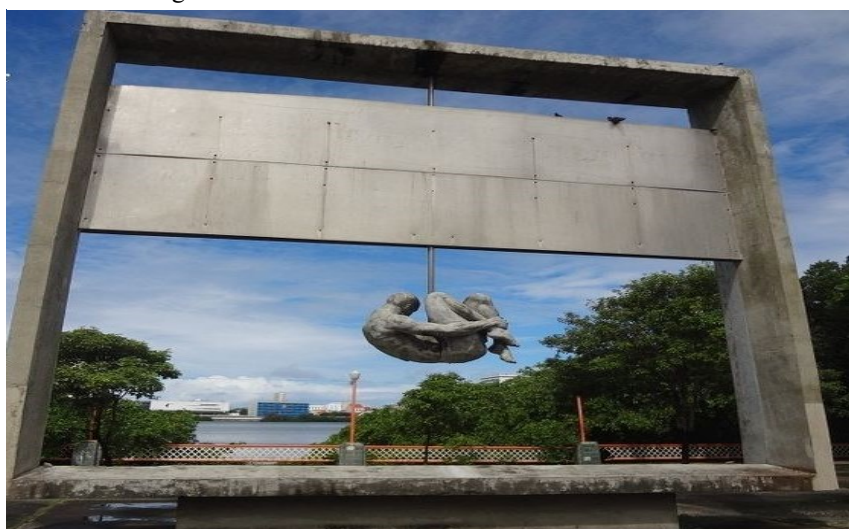
O antimonumento não é uma forma nova de protesto, ou melhor de um ato artístico de resistência, pois ele começou devido à Segunda Guerra (1939-1945). Mas o que é o Antimonumento? Segundo Ricardo Oriá¹⁴ em seu blog, conta um pouco do porquê do antimonumento:

O fim da 2ª Guerra Mundial (1939-1945) e a constatação do genocídio praticado pelo nazismo, perpetrado contra os judeus e outras minorias sociais, provocou uma mudança de paradigma na construção de monumentos e na escultura pública presente nas cidades. Eis que surge a ideia de antimonumento, para se contrapor aos monumentos celebrativos que exaltavam vultos, fatos e efemérides. O monumento enaltecendo a figura do herói nacional é substituído por uma escultura que se pretende instrumento não mais de glória ou exaltação de personalidades, mas à denúncia a alguma arbitrariedade cometida pelo Estado a determinados segmentos da sociedade. (ORÍÁ, 2020)

Este momento, no qual estamos vivendo, é propício para este tipo de arte, aqui no Brasil tivemos um antimonumento bem famoso em 1993, intitulado “Tortura Nunca Mais”, no qual a estátua representa um homem amarrado num pau-de-arara, em Recife-PE. Hoje é um ponto turístico muito visitado.

¹⁴ Ricardo Oriá é Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo e pós-doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Atualmente é Consultor Legislativo da área de educação, cultura e desporto da Câmara dos Deputados. É autor de artigos sobre patrimônio cultural. [Ricardo Oriá – Cultura, História, Monumentos, Museus e Patrimônio. \(ricardooria.com.br\)](http://ricardooria.com.br)

Figura 15: Monumento Tortura Nunca Mais – Recife



Fonte: Maria Helena do Nascimento – Cidadã repórter – 21 de fevereiro de 2012

Os antimonumentos são em sua maioria performances artísticas, que não são perpetuadas como um monumento, mas são registradas em arquivo, e elas têm mostrado o impacto que algum fato relacionado à memória traumática coletiva causam numa sociedade, é uma forma legítima de protesto, é marcante, chama a atenção para que o fato em si seja debatido socialmente e em relação a ser um caminho para criar identidade e representatividade às comunidades, que não se sentem representadas pelos monumentos de heróis da colonização, pois através das performances eles podem chamar muito mais atenção para a sua dor, porque nos dias atuais, com a internet e as redes sociais, o alcance de público é muito maior e causa muito mais repercussão do que uma estátua que fica em lugar escondido nas cidades, e às vezes muitas estão abandonadas e muitas são desconhecidas da própria comunidade.

De acordo com Rafaela Fernandes¹⁵ (2022) a intencionalidade do autor nunca é monolítica, pois segundo ela, a obra, performance, ou ato em si, “congrega um jogo de forças de ordem material, estética, espacial, ideológica e, sobretudo, política”. E ela define assim:

¹⁵**Rafaela Alves Fernandes** Doutoranda e mestre em Filosofia pela Universidade de São Paulo (2022), bacharela em História da Arte pela Universidade Federal de São Paulo (2017) e licenciada em Artes Cênicas pela Faculdade Paulista de Artes (2010). Atualmente integra o grupo de estudos em Estética Contemporânea do Departamento de Filosofia da Universidade de São Paulo. É professora de Arte no Ensino Fundamental e Médio pela Secretaria do Estado da Educação de São Paulo e Secretaria Municipal de Educação de São Paulo. [Rafaela Alves Fernandes | Escavador](#)

O antimonumento desenvolve-se a partir do questionamento de pressupostos fundamentais dos monumentos tradicionais, tais como as ideias de permanência e de resistência associadas à rigidez dos materiais comumente utilizados. O mesmo ocorre com a noção de atemporalidade à qual os monumentos se vinculam, configurando-se uma presença fora do tempo, que reúne o sagrado e o profano, o passado e o presente em direção ao futuro. Ou ainda, o monumento como aide-mémoire, ou seja, um suporte sem o qual a memória não sobreviveria. (FERNANDES, 2022, p. 431-432)

Fernandes cita, em seu artigo, o casal Gerz, na ocasião eram casados, Jochen e Esther, que em 1989, fizeram uma coluna de aço galvanizado coberta por chumbo de aproximadamente 12 metros de altura por 1 metro de largura e 1 metro de profundidade e intitulou de “Monumento Antifacista” e a colocou em pleno centro da cidade de Hamburgo. O interessante é que esta obra era interativa, pois convidava aos transeuntes a escreverem algo nela sobre o fascismo e foi feito um dispositivo que, à medida que as pessoas escreviam, a coluna descia, aparecendo um novo espaço para a escrita, isto aconteceu por 7 anos, até que a coluna ficou enterrada.

Figura 16: Monumento contra o fascismo (1986-1996), de Jochen Gerz e Esther Shalev-Gerz. Localizado em Hamburgo. A coluna de aço galvanizado coberta com chumbo acabou afundando no chão até deixar, nua, um quadrado nivelado com o chão.



Imagem: cortesia Estudio Gerz. Foto: Kulturbehörde, Hamburgo s.d.

Para Rafaela (2022), o antimonumento de Jochen e Esther Gerz se vincula a uma longa história da arte da memória, na medida em que o ato da escrita serve tanto para lembrar a todos dos horrores do fascismo, como para encobrir. Porque a obra foi enterrada e de certa forma os depoimentos foram junto, porém as marcas e os sete anos que a obra

permaneceu, conseguiu formar uma memória coletiva para todos que por ali passavam, mesmo que não escrevessem. Fernandes (2022) acredita que “o signo está ali muito mais como rastro visual da incisão sobre o chumbo do que como algo que existe para ser lido e decodificado”.

O Antimonumento, atualmente, tem um nome reconhecido pelo mundo todo que se trata da artista plástica sul-africana, Sethembile Msezane, vamos saber um pouco mais dela. Sethembile é uma das artistas plásticas conhecida mundialmente, ela gosta de usar o seu próprio corpo para fazer as suas expressões artísticas, com isso, ela consegue impactar e dar o seu recado para uma sociedade mais igualitária e justa. Ela tem ousado e sendo uma voz da mulher negra, como protestar pela ausência de monumentos de mulheres, sobretudo negras, ela usa o antimonumento para representar todas as mulheres negras, especialmente na África do Sul, na qual a política do apagamento foi usada por anos a fio. Porém, agora existem ativistas, assim como movimentos sociais que estão construindo novas narrativas, usando as memórias traumáticas e problematizando a história da barbárie que, hoje, causa constrangimento no país com o despertar dos direitos humanos.

Na entrevista, dada para Jamie Matroos, do site Design Indaba, postada em junho de 2018, Sethembile Msezane, fez uma análise sobre a sua carreira e disse “Acho que o ponto de partida para mim foi, acho, em 2013, quando morava na Cidade do Cabo há cerca de cinco anos na época. Eu ainda sentia uma espécie de deslocamento. Eu sentia que não pertencia.” E acrescentou:

Andando pela rua da cidade que agora era minha casa, não conseguia me identificar com os símbolos e as figuras que deveriam representar uma espécie de identidade nacional. Esses [monumentos e estátuas] eram homens brancos, sabe? Eles eram coloniais, eram holandeses, homens nacionalistas africânderes. Em tudo isso eu não via nada de africano; eu não conseguia ver nada que fosse mulher. Eu não conseguia ver nada que fosse como minha mãe e minhas tias, ou mulheres que eu conhecia. Então, para mim, foi uma tarefa de resgatar histórias que foram omitidas dos espaços públicos. Foi assim que passei a atuar e usar meu corpo. (MSEZANE, 2018)

Seu trabalho é notável e uma das séries que teve um significado muito grande foi o das datas de feriados, na Figura 17.

Figura 17: Dia da Liberdade, Msezane se apresentou como a personificação da estátua da Liberdade. Na sua série "Feriados"



Fonte: site Design Indaba - 22 de junho de 2018

E um dos protestos que repercutiu muito pelo mundo foi quando a artista representou o pássaro Chupungu, na Figura 18.

Figura 18: Sethembile Msezane incorporou o pássaro zimbabuano Chupungu



Fonte site do Design Indaba – 22 de junho de 2018

De acordo com Jamie Matroos ‘Ela adornou o véu de contas e asas emplumadas para incorporar o pássaro zimbabuano, Chupungu, no dia em que uma estátua em homenagem a Cecil John Rhodes foi removida da UCT (University of Cape Town -

Universidade da Cidade do Cabo) durante protestos liderados por estudantes.” Esta performance aconteceu em 2015, no mesmo dia em que a estátua, de um colonizador, foi derrubada pelos estudantes sul-africanos.

O Antimonumento acaba sendo um monumento, porém é um monumento que pode ser permanente, como o de Recife, no exemplo acima, ou pode ser por performance, que embora pareça temporário, depois que viraliza nas redes sociais, estas performances ficam mais famosas que muitas estátuas que são permanentes e continuam desconhecidas. Além de mexer com os sentimentos das pessoas, o antimonumento traz esperança, força e representatividade. Pois o impacto que ele traz para a cidade e para as pessoas é muito forte.

A seguir mostraremos mais um outro caminho que tem ganhado vida pelas ruas do mundo.

4.4 GRAFITE COMO PATRIMÔNIO E COMO PROTESTO AO RACISMO E AO PATRIARCADO

O Grafite é uma arte urbana ligada ao movimento Hip Hop e de acordo com o site brasil escola, “o grafite é uma expressão artística realizada em espaços públicos. Essa arte surgiu da realidade da periferia urbana e evidencia críticas sociais”. Veremos a arte de rua em Florianópolis com homenagens a mulheres negras, negros notáveis ou comuns e em Cabul retratando histórias opressivas vividas por mulheres afegãs como denúncia. Estas duas cidades têm em comum o grito que elas trazem nas ruas, o apelo por mudanças concretas, como Shamsia, no seu *site* oficial, diz que a arte muda a mente das pessoas e as pessoas mudam o mundo. Por um lado, mostraremos Monique Cavalcanti retratando mulheres e homens negros e em outro Shamsia Hassani contando as opressões vividas pelas mulheres afegãs.

Mas o fato é que a cidade de Florianópolis está dando ênfase ao Grafite, desde 2017, com a homenagem ao Franklin Cascaes¹⁶, na Figura 19.

¹⁶ Franklin Joaquim Cascaes nasceu em Florianópolis, em 16 de outubro de 1908 e faleceu em Florianópolis, em 15 de março de 1983.

Foi um pesquisador da cultura açoriana, folclorista, ceramista, antropólogo, gravurista e escritor brasileiro. Dedicou sua vida ao estudo da cultura açoriana na Ilha de Santa Catarina e região, incluindo aspectos folclóricos, culturais, suas lendas e superstições. Usou uma linguagem fonética para retratar a fala do povo no cotidiano. Seu trabalho somente passou a ser divulgado em 1974, quando tinha 66 anos. No ano de 1983, um acervo chamado "Coleção Professora Elizabeth Pavan Cascaes", que ainda está em fase de

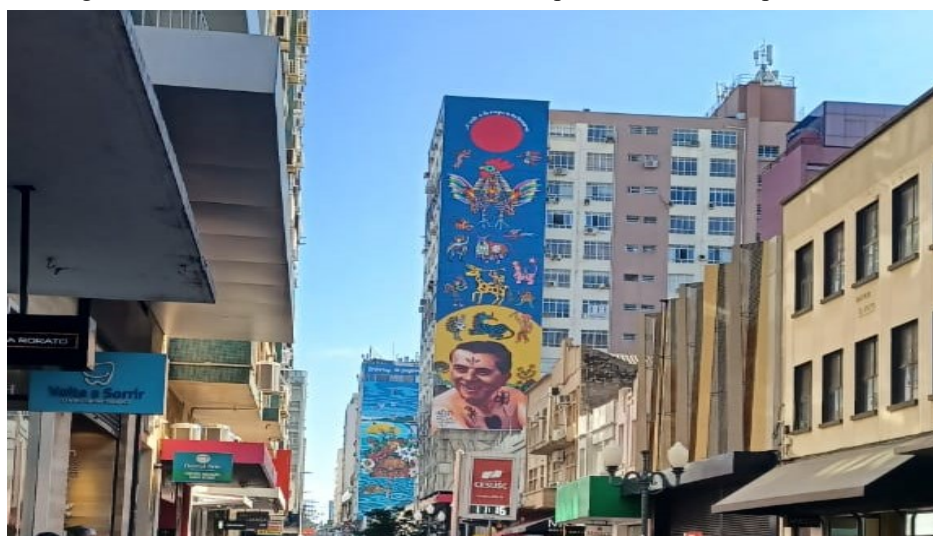
Figura 19: Grafite de Franklin Cascaes



Fonte: imagemdailha.com.br – 3 de novembro de 2020

Na principal rua de Florianópolis, a Rua Felipe Schmidt também podemos ver nas fachadas de alguns edifícios outros painéis como estes conforme Figura 20.

Figura 20: Painéis de Grafite nas fachadas de prédios na Rua Felipe Schmidt.



Fonte: Próprio da autora - 18 de março de 2022

E na parede externa do quintal do Palácio Cruz e Souza, foi pintado o poeta Cruz e Sousa, pelo artista Rodrigo Rizo, em 2019, a obra se chama o “Cisne Negro do Desterro”,

documentação, foi criado, com doações do próprio autor contendo suas obras artísticas. Hoje, o acervo está sob a guarda da Universidade Federal de Santa Catarina no MARquE (Museu de Arqueologia e Etnologia Oswaldo Rodrigues Cabral), que realiza um bom trabalho na conservação do frágil acervo do mestre. (WIKIPÉDIA,2022)

Cruz e Sousa¹⁷ foi um ilustre poeta simbolista. O interessante neste painel é que ele fica nas paredes do prédio que dá para o quintal do Palácio Cruz e Souza, na Praça XV, Figura 21 e apesar de ter o nome do poeta, este não era a residência dele e na própria praça tem um monumento de bronze que é bem discreto como podemos perceber na Figura 22.

Figura 21: o Painel “Cisne Negro do Desterro”, Grafite realizado por Rodrigo Rizo em homenagem ao poeta Cruz e Sousa.



Fonte: Próprio da autora – 18 de março de 2022

¹⁷Cruz e Sousa, nascido em 24 de novembro de 1861, em Nossa Senhora do Desterro (Florianópolis/SC), Cruz e Sousa é um clássico da literatura brasileira. Poeta, jornalista, professor, o filho de ex-escravos enfrentou o preconceito racial, sendo recusado para o cargo de promotor público de Laguna (SC) por ser negro. Passou um período no Rio Grande do Sul e, após sofrer represálias, fixa residência no Rio de Janeiro. Em 1893 publica as obras ‘Missal’ (poemas em prosa) e ‘Broquéis’ (poesias), consideradas o marco inicial do Simbolismo no Brasil que perduraria até 1922 com a Semana de Arte Moderna. Cruz e Sousa falece em 19 de março de 1898, em Antônio Carlos, Minas Gerais. (site do Notícias da UFSC)

Figura 22: Busto de bronze de Cruz e Sousa



Fonte: Próprio da autora – 18 de março de 2022

Este busto está de costa para o Palácio Cruz e Sousa e entre árvores, a cidade apresenta nome de rua e escola com o nome do poeta. Mas este painel é altivo, chama a atenção, muito mais do que qualquer outro monumento na Praça XV.

Mas antes de falar das duas artistas do Grafite, precisamos falar o porquê elas foram escolhidas ao invés de qualquer outro artista de rua. Tanto Monique, quanto Shamsia, representam a força da mulher, sendo que uma dá voz aos negros contra o racismo estrutural e a outra denuncia a covardia sexista e patriarcal da qual as mulheres de sua sociedade sofrem. São mulheres corajosas que de alguma forma lutam contra estes regimes arbitrários. Será necessário mostrar historicamente o impacto do patriarcado na vida de mulheres brancas e negras, e no caso das negras ainda há o racismo estrutural.

O patriarcado é um termo muito usado em discussões feministas no século XXI, e isso nos traz muitos textos sobre este assunto um deles é “O conceito de patriarcado nas análises teóricas das ciências sociais: uma contribuição feminista”, de Fernanda¹⁸

¹⁸ Fernanda Maria Caldeira de Azevedo Mestranda em Ciência, Tecnologia e Sociedade pelo Instituto Federal do Paraná (PPGCTS/IFPR). Pós-graduanda lato sensu em Realidade Brasileira pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Bacharela em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Integra a equipe editorial da Revista Mundi Sociais e Humanidades. Atualmente é pesquisadora do Projeto Estado, Políticas Públicas e Educação Profissional (EPPEP) e pesquisa na área de pedagogia socialista, educação politécnica, políticas educacionais, classes sociais e mulheres na ciência. <https://www.escavador.com/sobre/7214252/Fernanda-maria-caldeira-azevedo>

Maria Caldeira de Azevedo que estudou três importantes feministas Carole Pateman¹⁹ (1993), Silvia²⁰ Walby (1990), (1987; Heleieth Saffioti²¹ 1992; 2004) e segundo as suas próprias palavras “as diferentes concepções sobre o conceito de patriarcado focando nas Caldeira perspectivas dos estudos feministas.” E neste Artigo ela consegue através de sua análise sobre estes pensamentos, descrever a real essência das consequências do Patriarcado na vida das mulheres como podemos ver no seguinte trecho:

Segundo essa concepção teórica, a ordem patriarcal assegura aos homens os meios de produção e reprodução da vida social. Nesse regime, os homens se relacionam de forma hierárquica conforme a faixa etária, desempenhando funções sociais diferenciadas, assim como existe entre eles uma solidariedade que os capacita a determinar o controle sobre as mulheres. Em contrapartida, as mulheres desempenham o papel de objetos sexuais dos homens, produtoras e reprodutoras da força de trabalho. Trata-se, portanto, de uma dominação-exploração (ou exploração-dominação) que se configura como opressão contra as mulheres, enquanto categoria coletiva. (AZEVEDO, 2017, p.17)

Esta é uma constatação sobre a desvalorização do gênero feminino em relação ao gênero masculino na sociedade. Mas uma das autoras citadas acima Heleieth Saffioti consegue transmitir pelo seu discurso que o patriarcado não ataca apenas mulheres, mas também subjuga a classe social, raça/etnia. Como podemos ver no comentário de Fernanda Maria Caldeira de Azevedo. “A grande contribuição da autora se deu na observação da

¹⁹Carole Pateman (1940, Inglaterra) é cientista política conhecida por sua contribuição à teoria democrática e à teoria política feminista. Entre 1980 e 1989, foi professora na Universidade de Sidney, na Austrália, e trabalhou nas universidades de Stanford e Princeton, e no Conselho Sueco de pesquisa em Ciências Humanas e Sociais. A partir de 1990, foi professora na Universidade da Califórnia e em 1993 tornou-se distinguished professor na mesma universidade. [Carole Pateman - Grupo Editorial Record](#)

²⁰Sílvia Theresa Walby (nascida em 16 de outubro de 1953), OBE FAcSS, é uma socióloga britânica, atualmente professora de [Sociologia](#) na Universidade de Lancaster. Ela tem um doutorado honorário da [Universidade da Rainha Belfast](#) por distinção em sociologia. Ela é conhecida por trabalhar nas áreas de [violência doméstica](#), [patriarcado](#), relações de gênero no local de trabalho e globalização. [Sylvia Walby - Alchetron, A enciclopédia social livre \(alchetron-com.translate.google\)](#)

²¹ Heleieth era filha de uma costureira e de um pedreiro, nasceu em uma pequena cidade do Estado de São Paulo. Graduou-se em [Ciências Sociais](#) pela [Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo](#) (USP) em 1960, quando começou suas primeiras pesquisas acadêmicas sobre a condição feminina no Brasil, tema que seria objeto de sua tese de [livre-docência](#) para a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara, da [Universidade Estadual de São Paulo](#) (UNESP), intitulada *A mulher na sociedade de classe: mito e realidade, sob orientação do professor Florestan Fernandes, defendida em 1967 e publicada pela editora Vozes em 1976*. Foi professora da [Pontifícia Universidade Católica de São Paulo](#) e professora visitante na Faculdade Serviço Social da [UFRJ](#).

relação da classe, raça/etnia e gênero como um sistema de dominação e exploração das mulheres, configurando-se em opressão”. (AZEVEDO, 2017, p.19)

Embora o livro, “Mulheres, Raça e Classe” de Angela Davis, tenha sido lançado em 1981, nos Estados Unidos da América, este livro só foi traduzido e editado em português apenas em 2016. Um verdadeiro relato das questões raciais nos Estados Unidos desde o século XIX, mas também retrata as lutas de mulheres brancas pelos seus direitos e que de certa forma comparavam os seus casamentos à escravidão como podemos ler no seguinte trecho:

Na metade inicial do século XIX, a ideia de que a milenar instituição do casamento pudesse ser opressiva era de certa forma recente. As primeiras feministas podem ter descrito o matrimônio como uma “escravidão” semelhante à sofrida pela população negra principalmente devido ao poder impactante dessa comparação – temendo que, de outra maneira, a seriedade de seu protesto se perdesse. Entretanto, elas aparentemente ignoravam que a identificação entre as duas instituições dava a entender que, na verdade, a escravidão não era muito pior do que o casamento. Mesmo assim, a implicação mais importante dessa comparação era a de que as mulheres brancas de classe média sentiam certa afinidade com as mulheres e os homens negros, para quem a escravidão significava chicotes e correntes. (DAVIS, 2016, p.53)

Apesar das mulheres brancas, feministas tentarem incluir as mulheres negras neste movimento era muito difícil e isto é bem explicado por Kilomba:

Ao conceituar o gênero como o único ponto de partida da opressão, teorias feministas ignoram o fato de que mulheres negras não são somente oprimidas por homens - brancos e negros - e por formas institucionalizadas de sexismo, mas também pelo racismo - tanto de mulheres brancas quanto de homens brancos, além de pôr formas institucionalizadas de racismo. (KILOMBA, 2019, p.103)

Esta questão racial era muito forte em relação às mulheres negras e embora a comparação à escravidão ao casamento parecia unir todas as mulheres, o racismo impediu, mas de certa forma deu força às mulheres negras, que há mais tempo lutavam por seus direitos, e isso as colocavam em uma condição muito irrelevante na sociedade estadunidense, pois além de sofrerem a brutalidade da escravidão, elas sofriam abusos sexuais e isto as deixavam com um sentimento de menos valia.

A experiência de Jenny Proctor era típica. A maioria das meninas e das mulheres, assim como a maioria dos meninos e dos homens, trabalhava pesado na lavoura do amanhecer ao pôr do sol. No que dizia respeito ao trabalho, a força e a

produtividade sob a ameaça do açoite eram mais relevantes do que questões relativas ao sexo. Nesse sentido, a opressão das mulheres era idêntica à dos homens. Mas as mulheres também sofriam de forma diferente, porque eram vítimas de abuso sexual e outros maus-tratos bárbaros que só poderiam ser infligidos a elas. A postura dos senhores em relação às escravas era regida pela conveniência: quando era lucrativo explorá-las como se fossem homens, eram vistas como desprovidas de gênero; mas, quando podiam ser exploradas, punidas e reprimidas de modos cabíveis apenas às mulheres, elas eram reduzidas exclusivamente à sua condição de fêmeas. (DAVIS, 2016, p.25)

Porém, o patriarcado não é somente o algoz das mulheres brancas ou das negras escravizadas estadunidenses, mas ele é também encontrado em todo o mundo em várias culturas como também no Brasil e veio com força, violência e crueldade através do sexismo como podemos comprovar no texto de Lélia Gonzales, “Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira”, a fim de mostrar como a mulher, sobretudo a mulher negra e pobre, foi se tornando marginalizada nessa sociedade.

O lugar em que nos situamos determinará nossa interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo e do sexismo. Para nós o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira. Nesse sentido, veremos que sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular. (GONZALES, 1984, 224)

Estas três escritoras, sem dúvida alguma, nos traz um relato do racismo, patriarcado e sexismo sofrido pelas mulheres, tanto nos Estados Unidos quanto no Brasil e em outras partes do mundo, do século XIX até os dias de hoje e todo o impacto devastador causado na vida de mulheres negras na sociedade. E o que podemos constatar é que tanto no chamado “primeiro” quanto no “terceiro” mundo, a postura era a mesma, tanto em relação ao gênero feminino e muito mais ainda em relação à mulher negra e pobre.

Então, primeiramente, vamos falar da grafiteira, Gugie, que traz a sua arte para as ruas de Florianópolis, dando voz a uma comunidade negra, que há muito tempo foi calada por uma cidade colonizada por açorianos, Monique²² Cavalcanti, pinta nos muros da cidade,

²² Monique Cavalcanti, Gugie, é grafiteira, artista visual, natural de Brasília/DF (1993). Cresceu em Florianópolis/SC, onde atualmente é seu lar. Como artista multimídia desenvolve sua poética em diferentes formatos: muros, telas, performance e desenho digital. Propõe com suas criações uma estética relacional, onde o contato e a interação com suas obras se traduzem em uma ativação de sensibilidade coletiva. Como pessoa negra, mãe e mulher busca nas artes produzidas nas ruas um espaço de diálogo, fortalecendo a visibilidade de pessoas que são racializadas e excluídas na estrutura social. Sobretudo propõe naturalizar no imaginário social a presença digna dessas pessoas, as quais ela se identifica, desconstruindo a cultura visual que estão condicionados no decorrer da história. Curso Artes Visuais Bacharelado – CEART UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA. 2020 - [Sobre - Gugie Cavalcanti](#)

a memória negra, pois, embora ela não tenha nascido em Florianópolis, ela veio para cá ainda nova e ela se reconhece negra e como tal, luta contra muitos preconceitos.

Monique diz que “busca nas artes produzidas nas ruas, um espaço de diálogo, fortalecendo a visibilidade de pessoas que são racializadas e excluídas na estrutura social. Sobretudo propõe naturalizar no imaginário social a presença digna dessas pessoas”.

Falaremos um pouco mais sobre os grafites de Monique Cavalcanti que foi uma dos três artistas, que deram vida ao grande e imponente grafite de Antonieta de Barros²³ que foi feito logo em seguida ao de Cruz e Sousa, inclusive inaugurado em agosto de 2019. O Grafite de Antonieta, na Rua Tenente Silveira, homenageia uma mulher catarinense conhecida pelo nome de rua, escola e túnel de Florianópolis, porém este painel deu notoriedade a ela e fez jus à sua importância na história da cidade e no país.

Quando o painel dela foi pintado por Monique Cavalcanti, a Gugie, e seus parceiros neste projeto, Antonieta com certeza ganhou um novo olhar, dos turistas, estudantes, transeuntes do Centro da cidade, pois tiveram a noção da grandeza que ela teve na política e na educação para as mulheres, principalmente, mulheres negras. E tudo isso graças à sensibilidade dos traços de Gugie, Thiago Valdi e Tuane Ferreira, como podemos ver nas Figuras 23 e 24.

²³ Antonieta de Barros: Nasceu em 11 de julho de 1901, em Florianópolis. Filha de Catarina de Barros e de Rodolfo de Barros. Permaneceu solteira. Quando Antonieta ainda era criança o pai faleceu. Alfabetizada aos 5 anos, concluiu os estudos primários (atual Ensino Fundamental) na Escola Lauro Müller e, aos 17 anos, ingressou na Escola Normal Catarinense - atual Instituto Estadual de Educação, onde realizou curso equivalente ao Ensino Médio. Em 1922, aos 21 anos de idade, ela fundou o Curso Particular Antonieta de Barros que era destinado à alfabetização. Nos anos de 1920, iniciou as atividades de jornalista produzindo muitos textos; Fundou e dirigiu o jornal *A Semana*, em Florianópolis, entre os anos de 1922 e 1927; Dirigiu o periódico *Vida Ilhoa*, na mesma cidade, 1930; Antonieta escreveu vários artigos para jornais locais e o livro *Farrapos de Idéias*, em 1937, com o pseudônimo de “Maria da Ilha”. Fez parte do Conselho Deliberativo da Associação Catarinense de Imprensa, a partir de 1938; Foi a primeira Deputada Estadual negra do Brasil, a primeira Deputada mulher no Parlamento Catarinense e a primeira Representante Feminina Negra no Poder Legislativo na América Latina. Em 19 de julho de 1937, presidiu a Sessão da Alesc, tornando-se a primeira mulher a assumir no Brasil a Presidência de uma Assembleia Legislativa, É de sua autoria a lei que instituiu o dia do professor (15 de outubro) e o feriado escolar (Lei Nº 145, de 12 de outubro de 1948). Antonieta faleceu em 28 de março de 1952, em Florianópolis/SC. [Biografias / Antonieta de Barros / Memória Política de Santa Catarina \(alesc.sc.gov.br\)](http://Biografias / Antonieta de Barros / Memória Política de Santa Catarina (alesc.sc.gov.br))

Figura 23:O Grafite de Antonieta de Barros sendo finalizado pelos artistas



Fonte: site ND+ - 17 agosto 2019

No site da Gugie, nós encontramos o seguinte comentário sobre o Grafite da Antonieta de Barros.

Homenagem realizada para esta figura histórica, uma mulher forte que exerceu grandes posições sendo jornalista, Deputada, professora e escritora. Tanto para representar ela foi retratada por Gugie, Thiago Valdi e Tuane Ferreira em 2019. **Este mural acolhe a luta pela igualdade firmando esta imensa presença no dia a dia das pessoas no centro de Florianópolis** na lateral do Edifício Atlas. A produção deste mural foi uma realização do Floripa Conecta, Maratona Cultural e Construtora Engenho construindo com Arte. (gugiecavalcanti.com, 2022) (Grifo meu)

O grafite depois de concluído ficou assim,

Figura 24: Grafite de Antonieta de Barros depois de pronto



Fonte: Própria autora – 18 de março de 2022

Além destes projetos grandes, Gugie trabalha com projetos pequenos, como estes dois outros que retratam pessoas negras, num dos seus projetos, denominado “Presença”, ela retrata o rosto expressivos de pessoas negras nos muros de Florianópolis. O Presença I, ela pintou o rosto de um homem negro na subida do morro da Lagoa da Conceição, em 2020, Figura 25.

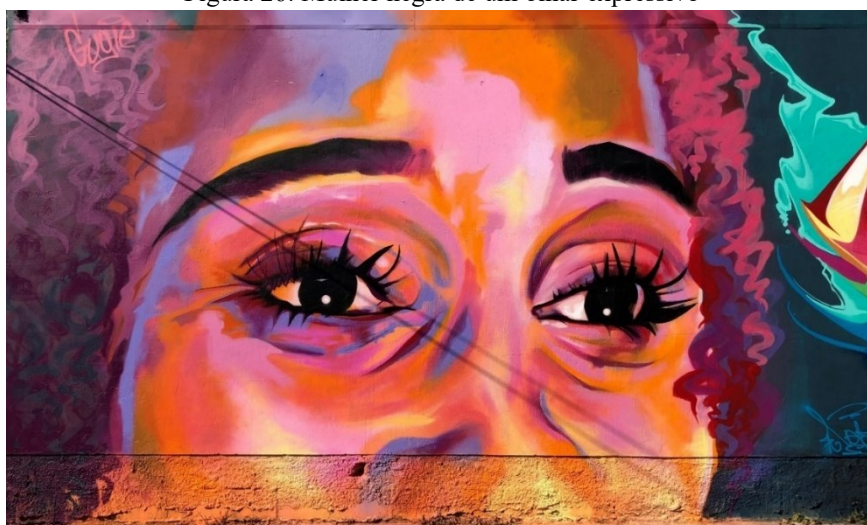
Figura 25: Presença 1: Retrato de um homem negro



Fonte: gugiecavalcanti.com – 25 novembro 2020

A artista comenta sobre esta pintura, em seu site, “a presença deste homem negro, bem-vestido e abismado, olhando para quem está saindo do bairro traduz a minha necessidade de me reconhecer, enquanto negra, em bairros centrais com acesso a qualidade de vida e cultura, como é a Lagoa da Conceição”. E no “Presença IX” ela retrata o olhar expressivo de uma mulher negra, em junho de 2021. Ela gosta de tirar fotos de pessoas e depois retratá-las fazendo uma homenagem, brincando com as cores, os traços e linhas como podemos notar na Figura 26.

Figura 26: Mulher negra de um olhar expressivo



Fonte: gugiecavalcanti.com – 14 junho 2021

Em 2021, Gugie realizou um grafite gigantesco na parede de outro edifício da rua Tenente Silveira, no Centro de Florianópolis, para homenagear o amor de um casal que

tinha 36 anos de casado, O marido se chama Mário Mariano de Assis e está abraçado à sua esposa Elza, ele é um motorista de aplicativo. De acordo com o site catracalivre.com.br, “A história de amor do casal está retratada em um painel de 700 m² que levou 30 dias para ser finalizado, o projeto ‘Histórias no Peito’ retrata o amor do profissional pela família”. E ainda revela o que Gugie achou em realizar este projeto:

A grafiteira também destaca a importância de retratar o lado emocional do homem negro e sua relação de afeto com a família. **Uma forma, segundo ela, de também combater o racismo e o machismo tão presente na sociedade.** “Acho que a nossa presença nos murais de forma afetuosa, com autoestima, bem-estar e dignidade é muito importante. A cada mural que faço reflete muito de nós nestes espaços e isso é muito importante”. (catracalivre.com.br, 2022) (grifo meu)

Esta arte Gugie encarou sozinha e foi encomendada pela empresa de aplicativo de transporte 99, como podemos ver na Figura 27.

Figura 27: Casal abraçado com uma janela no coração do homem com seus netos dentro



Fonte: gugiecavalcanti.com 16 fevereiro 2021

Mais recentemente, em 2022, Monique e Carol Peixoto pintaram na fachada do prédio do Centro de Filosofia e Ciências Humanas – CFH – da Universidade Federal de

Santa Catarina – UFSC. O grafite retrata uma mulher negra com dois filhos, e ao lado está escrito “Eu leoa, SONHOS Eu leoa, PLURAIS.

Figura 28: Grafite no CFH



Fonte: própria autora – 14 de abril de 2023

A Monique, ou seja, a Gugie, assim como Rodrigo Rizo, Thiago Valdi, Tuane Ferreira e Carol Peixoto, através do Grafite estão ajudando a cidade de Florianópolis a se familiarizar com rostos negros, de mulheres, negras ou não, pintadas pela cidade, nos bairros trazendo uma atmosfera de leveza, de cor e de beleza, e acredito que esta arte está sendo uma forma de trazer representatividade e mostrar esperança, força e dignidade a estas pessoas e estes artistas de rua estão começando a ser respeitados por suas artes e estão fazendo uma nova narrativa nesta cidade açoriana e marcada por preconceitos e de certa forma estes painéis estão popularizando as pessoas comuns e chamando a atenção para o outro.

Ainda dentro desta temática vamos abordar o Grafite no Afeganistão e como a arte pode transformar a guerra em paz, o feio no belo e a angústia em esperança, falando

sobre a grafiteira Shamsia Hassani²⁴, a mulher que tem a coragem de se expressar em pleno domínio do talibã²⁵.

A realidade da vida de uma mulher ocidental, apesar da violência doméstica, do feminicídio, que cresce a cada ano, é bem diferente em relação às mulheres criadas no oriente, pois no ocidente, elas têm liberdade para estudar, trabalhar, e hoje são criadas para serem independentes de qualquer dependência, seja financeira e emocional de algum homem. Hoje no ocidente, as mulheres podem votar, se expressar dando a sua opinião e ocupando cargos, que há algumas décadas isso era apenas um sonho para a grande maioria das mulheres. Porém, o ocidente está na vanguarda em relação ao resto do mundo, quando o assunto é emancipação e direitos das mulheres. Segundo o site brasilecola.uol.com.br:

É claro que esse tema não é um problema exclusivo desses países. Um relatório da Organização Mundial da Saúde (OMS) revela que um terço de todas as mulheres do mundo foi vítima de violência doméstica. O problema é que nos países de língua árabe, muitas vezes, essas ocorrências são estimuladas por políticas públicas que restringem a liberdade e os direitos femininos, com proibições que vão desde o impedimento no direito de dirigir até sanções para aquelas que desejam cursar o ensino superior. (BRASILESCOLA, s.d.)

Esta pesquisa fala sobre as consequências do patriarcado para as mulheres, principalmente as negras no mundo ocidental e todas as mulheres no mundo oriental, principalmente nos países dominados pelo regime Talibã.

²⁴Shamsia Hassani nasceu em 1988, em Teerão, Irão, para onde os seus parentes, originários de Kandahar, migraram durante a guerra. Hassani mostra interesse pela pintura desde a sua juventude. Não se lhe autorizou estudar as Belas Artes, âmbito de estudos proibidos para as pessoas estudantes no Irão originárias do Afeganistão. Desde o seu regresso a Kabul em 2005, estuda a arte tradicional na Universidade de Kabul. Mais tarde integrou-se na Universidade como professora encarregada de matéria e depois como professora associada de Escultura. É fundadora do colectivo de arte contemporânea Rosht.[7][\[HYPERLINK "https://pt.wikipedia.org/wiki/Shamsia_Hassani#cite_note-independent.co.uk-8"\]](https://pt.wikipedia.org/wiki/Shamsia_Hassani#cite_note-independent.co.uk-8)[8]

²⁵Talibã significa "estudantes" em *pashto* (uma das línguas faladas no Afeganistão). Esse grupo de orientação sunita foi formado em 1994 por ex-guerrilheiros conhecidos como *mujahidin*, que tinham participado do confronto com forças soviéticas no país (inclusive com o apoio dos Estados Unidos). Desde a criação, o objetivo do Talibã era impor uma lei islâmica, que os integrantes interpretavam de sua maneira, no país. O Talibã conseguiu esse objetivo rapidamente: em 1996, eles capturaram Cabul. De 1994 a 1996, o Talibã ganhou controle exclusivo sobre a maior parte do país, e o Afeganistão foi proclamado um emirado islâmico. (G1. 2021)

Figura 29: Mulheres afegãs vestidas de burca olham roupas em frente de uma loja em Herat em 2012.



Fonte: G1 Foto: Aref Karimi/AFP - 23 de setembro de 2018

Durante um período de 20 anos sobre o domínio americano, o Afeganistão se tornou um país mais seguro para o povo afegão, durante a ausência deste regime tão violento. Porém, o Talibã foi dominando as cidades ao redor de Cabul, até que em 2021, eles conseguiram dominar novamente o Afeganistão e expulsaram os norte-americanos. Neste contexto, Shamsia Hassani, uma artista plástica iraniana e refugiada, que mora em Cabul, começou a grafitar nas ruas de Cabul como um protesto, aparentemente, silencioso e apresentando sempre mulheres sem boca e fazendo referências ao Talibã e o poder opressivo que este regime traz às mulheres, e embora sua arte tenha sido apagada dos muros de Cabul, ela foi eternizada nas redes sociais do mundo todo. E foi por esta razão que conhecemos a artista. Pois os seus desenhos retratam a força, a resistência da mulher afegã nesta invasão. Como poderemos ver nas figuras 30 a 34:

Figura 30: Arte de Shamsia Hassani



Fonte: conexaoplaneta.com.br – 18 agosto 2021

Figura 31: Voltando para a casa



Fonte: conexaoplaneta.com.br – 18 agosto 2021

Figura 32: Sem teto e sem esperança



Fonte: conexaoplaneta.com.br – 23 agosto 2021

Figura 33: Arte de Shamsia Hassani



Fonte: conexaoplaneta.com.br – 18 agosto 2021

Figura 34: Pesadelo



Fonte: conexaoplaneta.com.br – 18 agosto 2021

São imagens fortes da opressão, mas mostra a mulher afegã sempre vestida de forma mais colorida e leve, ou com flor nas mãos, ou com a presença de algum instrumento musical e a parte da opressão, a artista usa preto, cinza, mostrando a atmosfera cinzenta dos conflitos e mostra a mulher como um símbolo de luta de Resistência, embora calada. Abaixo podemos ver Shamsia fazendo a sua arte, na Figura 35.

Figura 35: A artista fazendo a sua arte



Fonte: site conexaoplaneta.com.br – 21 de agosto de 2021

Depois destes novos caminhos apresentados, de tantas formas, e que transformam as ruas, os lugares, as memórias sejam elas coletivas (de uma comunidade) ou individuais, traumáticas (que trazem dor), subterrâneas (que embora latentes estão muito vivas) ou em plena superfície, temos esperança de que, as novas gerações escolham novas formas de se identificarem e de lutarem por seus direitos de fala e de representatividade, há muito tempo esquecida e que de alguma forma, estas duas mulheres citadas acima, sirvam de inspiração para grandes mudanças e que elas sejam exemplos de força e resistência para estes sistemas opressores.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para a elaboração do texto aqui apresentado foi necessário mergulhar nas dores causadas pela colonização aos povos vistos como inferiores e todas as terríveis consequências refletidas nas nações colonizadas até os dias atuais. As principais consequências foram o racismo que resultou num racismo estrutural e o patriarcado que marcaram as vidas de negros, povos indígenas, latinos e mulheres. Esta pesquisa trouxe, à tona, o que estava por trás dos protestos e quanto mais eu pesquisava, mais me inteirava da situação e ia me dando conta da memória que foi apagada, sufocada, por uma hegemonia de domínio com valores humanos muito desumanos. E aos poucos, o que estava no subterrâneo foi vindo à superfície, nestes movimentos antirracistas e nas derrubadas dos monumentos.

Outro assunto que fez parte deste arcabouço teórico foi a questão da Memória Traumática, tema este explicado por Ulpiano Meneses e por Michael Pollak, que mostraram que a memória traumática fica meio que adormecida, porém viva, esperando o momento certo de se expor, entretanto, antes que isto aconteça, tal como em um terreno minado, ela já foi passada de geração a geração para que não fosse esquecida pelas próprias vítimas. E sobretudo, mostrando o quanto ela pode se tornar poderosa quando ela vem à tona. E o objetivo era descobrir, a quem pertenciam estas memórias? Conseguimos achar os donos delas e ainda descobrir que estas memórias sendo subterrâneas ou não eram traumáticas e pudemos sentir a sua força nos protestos durante a pandemia.

A investigação sobre estes movimentos sociais nos levou a vários movimentos antirracistas, mas o movimento que ligou o botão *start* durante a pandemia foi o Vidas Negras Importam, pois a morte de um afrodescendente por um policial branco foi a gota d'água que faltava e foi o começo das derrubadas das estátuas de colonizadores em vários lugares do mundo. E eles reivindicavam direitos iguais, por serem humanos e por não encontrarem registros de suas histórias nos patrimônios históricos, pois os monumentos só representam o poder opressor de generais, escravagistas, colonizadores e outros tantos mais.

Este trabalho teve a intenção de verificar motivos pelos quais existem a falta de representatividade de minorias no cenário de patrimônios públicos, refletindo sobre a não destruição dos atuais “bens patrimoniais” mostrando a todos a importância histórica e o respeito às cartas patrimoniais que são leis de proteção aos monumentos, a fim de estabelecer uma consciência de respeito ao patrimônio, sem julgar o mérito do que ele

represente e que merece ser protegido apesar do que ele representa ou já representou, e alertar que a destruição de um patrimônio é um crime contra a memória de alguém, é um tipo de apagamento e acaba sendo uma luta com as mesmas armas do opressor, que é o silenciamento através do esquecimento, destruindo culturas, costumes e patrimônios. Porém há de se considerar que muitos querem e têm o direito de lutar pelas suas próprias narrativas e de construir debates e reflexões sobre estes monumentos que causam dor. Mas embora os manifestantes, aqui citados, tenham legitimidade de derrubar os monumentos, em relação às leis de proteção ao patrimônio, isso é ilegal.

Esta pesquisa trouxe algumas reflexões, principalmente, em relação à Sociomuseologia e como ela pode atuar junto às comunidades e ajudá-las a descobrir novos caminhos de representatividade, trazer debates e promover intercâmbios de outras culturas, a fim de que se conheçam o outro, sem estranhamentos, para que a sociedade do século vindouro aprenda de uma vez por todas que existe a raça humana, e que embora sejamos diferentes, os direitos têm que ser iguais e respeitados. Eu como futura museóloga quero fazer parte e trazer as mudanças necessárias para dentro dos museus, por exemplo, musealizando monumentos derrubados, com releituras, fazendo uma revisão da história, mostrando o lado do que foi colonizado. Procurar fazer do museu uma referência em educar para que tenhamos uma sociedade sem preconceitos e conduzindo à reflexão diária de que poderemos trabalhar e conviver com as diferenças e aprendendo a ver o outro com respeito.

Outras propostas de monumentos foram citadas, como os dois Memoriais que lidam com memórias traumáticas e dolorosas da ditadura, que querendo ou não, encontraram uma maneira de não serem esquecidos e ao mesmo tempo de alertar a todos que o tempo do sofrer calado acabou e que é hora de lutar por dias melhores, sempre. E ainda passando o recado que as mortes deles não foram em vão. Nesta mesma linha, trazemos os Antimonumentos, que são protestos feitos através de obras de arte, instalações ou performances de artistas plásticos, em espaços ao ar livre, em praças públicas, em museus. enfim em qualquer lugar que couber a resistência. E por último, a arte urbana, expressa por meio do Grafite, com painéis gigantes espalhados pelas ruas das grandes cidades, de personalidades negras desvalorizadas pelo racismo ou de mulheres caladas pelo medo de um regime cruel, sexista e patriarcal que cerceiam sua liberdade.

E esta pesquisa nos traz a conclusão de que, por trás de uma revolta, de um ato de derrubada de monumentos, sendo bens patrimoniais ou não, muitas vezes são gritos reprimidos das memórias apagadas pelo preconceito, pelas mentiras de uma minoria que

por muito tempo conseguiu ficar no poder e manipular a maioria que se deixou dominar de forma desumana.

Portanto, deixo aqui uma recomendação para outros colegas museólogos que queiram ir a fundo neste assunto. Será muito válido promover uma coleta de opinião popular para que haja um tipo de revisão nos monumentos ditos coloniais, que haja uma solução para que a memória traumática, desses monumentos dolorosos, possa ser amenizada com outras narrativas e que fomentem novas leis mais específicas em relação à vandalismo, desastres naturais para todo tipo de monumentos, não somente os tombados e não somente durante as guerras. Outra recomendação é o uso do diálogo com as pessoas das comunidades mais carentes e construir, junto com e por elas, o fortalecimento de suas identidades e a criação de novas leis de proteção aos patrimônios culturais, que as representem e que contem suas histórias sob o ponto de vista delas.

Embora ainda hoje, em pleno século XXI, cotidianamente, se é lembrado do colonialismo vigente e entranhado culturalmente num racismo estrutural que precisa ser quebrado para que se possa avançar para o futuro com respeito a todos, independentemente, da cor da pele, do gênero, religião e/ou etnia, pois todos temos direitos. Finalizo com a certeza de que há muito o que se fazer para construir uma política de defesa aos patrimônios e que se ache outros caminhos que contemplem a todos.

REFERÊNCIAS

A 13ª Emenda. Direção: Ava DuVernay. Produção: Ava DuVernay, Spencer Averick, Howard Barish, Estados Unidos, Netflix, 2016 · Documentário/História · 1h 40m, Disponível em: (38) 13TH | FULL FEATURE | Netflix - YouTube Acesso em 7 ago. 2021.

ABREU, Mateus. Cultura e Democracia: Confrontos com o Patrimônio Jornal Nosso campus. Junho de 2020.
Disponível em <https://www.assis.unesp.br/home/pesquisa/publicacoes/jnc---julho.pdf>
Acesso em: 27 jun. 2022.

AFONSO, Lucas. Grafite: origem, características e artistas. Brasil Escola, s.d.
Disponível em: [Grafite: origem, características e artistas - Brasil Escola \(uol.com.br\)](https://www.brasilescola.com/grafite/grafite-origem-caracteristicas-e-artistas-brasil-escola-uol-com-br/)
Acesso em: 13 de março de 2023.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. O que é racismo estrutural?/ Silvio Luiz de Almeida. -. Belo Horizonte(MG) Letramento, 2018 in Wikipédia.
Disponível em:
[Racismo estrutural – Wikipédia, a enciclopédia livre \(wikipedia.org\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Racismo_estrutural) Acesso em 16 abr 2021

ANDRADE, Isabela Assunção de Oliveira. O comitê especial sobre a descolonização da ONU: Entre o colonialismo e a colonialidade | Isabela Assunção de Oliveira | 139-175/ 2017 in Revista de Discentes de Ciência Política da UFSCAR | Vol.5 – n.3 Disponível em: [148-Texto do Artigo-276-1-10-20180301.pdf](https://www.ufscar.br/revista-de-discentes-de-ciencia-politica/vol-5-n-3/148-Texto%20do%20Artigo-276-1-10-20180301.pdf) Acesso em 23 fev. 2022.

AZEVEDO, Fernanda Maria Caldeira de. “ O conceito de patriarcado nas análises teóricas das ciências sociais: uma contribuição feminista” . 2017. Disponível em: [0 conceito de patriarcado nas análises teóricas das ciências sociais: uma contribuição feminista | Revista Três Pontos \(ufmg.br\)](https://www.ufmg.br/revista-tres-pontos/vol-10-no-3/0-conceito-de-patriarcado-nas-analises-teoricas-das-ciencias-sociais-uma-contribuicao-feminista/) Acesso em: 20 abr. 2022

BÁEZ, Fernando, “A História da destruição cultural da América latina: da conquista à globalização/ Fernando Báez; Léo Schlafman. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010. P. 391

BBC News Mundo, Redação. Como três mulheres criaram o movimento global Black Lives Matter a partir de uma hashtag. 20 dez. 2020, Londres.
Disponível em: [Como três mulheres criaram o movimento global Black Lives Matter a partir de uma hashtag - BBC News Brasil](https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57822222) Acesso em: 17 jun. 2021

BORIN, Marta, Incêndio à estátua de Borba Gato reacende discussão sobre o lugar da memória em nosso país. Sedufsm.org.br. 10/08/21.
Disponível em: [SEDUFMSM - Incêndio à estátua de Borba Gato reacende discussão sobre o lugar da memória em nosso país](https://www.sedufsm.org.br/2021/08/10/incendio-a-estatueta-de-borba-gato-reacende-discussao-sobre-o-lugar-da-memoria-em-nosso-pais/) Acesso em 17 mar. 2022

BRULON, Bruno. “Passagens da Museologia: a musealização como caminho”. In: Revista Museologia e Patrimônio. vol. 11, n.2, Rio Janeiro.
Disponível em:

<https://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/view/722/657>

Acesso em 25 de maio de 2023.

Carta Patrimonial de Veneza – disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf> Acesso em 16 de out. de 2020.

CABRAL, Rebeca Lopes. Memória de dor na paisagem urbana de Buenos Aires: o Parque de la Memoria – Trabalho final de graduação na FAU-USP, SP. 2016.

Disponível em:

<http://outrosurbanismos.fau.usp.br/memorias-de-dor-buenos-aires/> Acesso em: 22 de maio de 2023.

CAVALCANTI, Gugie. Site da Gugie Cavalcanti, 2020. Plataforma sobre a vida e obras da artista. Disponível em: [Home - Gugie Cavalcanti](#) Acesso: julho de 2021

CÉSAIRE, Aimé. Discurso Sobre o Colonialismo, (1955). [tradução Noémia de Sousa; prefácio Mário de Andrade]. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1978

Disponível em: [aime-cesaire-discurso-sobre-o-colonialismo.pdf](#) Acesso em 17 ago. 2021

CHAGAS, Mário. Museus: Antropofagia da Memória e do Patrimônio in Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Organizada por Mário Chagas – Nº 31, Rio de Janeiro, 2005, p. 18 a 25.

Disponível em:

[*RevPat31_m.pdf \(iphan.gov.br\)](#) Acesso em 20 de maio de 2023

Correio do Povo e AE. Estátua de Cristóvão Colombo é derrubada em Baltimore, nos EUA. 5 julho 2020

Disponível em: [Estátua de Cristóvão Colombo é derrubada em Baltimore, nos EUA \(correiodopovo.com.br\)](#) Acesso em: 9 mar. 2021

DAVIS, Angela. 1944- Mulheres, raça e classe [recurso eletrônico] / Angela Davis; tradução Heci Regina Candiani. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2016. recurso digital. Disponível em: [Mulheres, raça e classe \(usp.br\)](#) Acesso em: 7 de abril de 2021

EATON, Charlotte. Recuperando a identidade “colombiana”: a derrubada do monumento Belalcázar. In: Café História. Publicado em: 19 out. 2020. ISSN: 2674-5917 Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/derrubada-de-estatua-recuperando-identidade-colombiana/>. Acesso em 15 out. 2022.

Estátua, de Borba Gato é incendiada em São Paulo | G1, São Paulo 24/07/2021. Disponível: [Estátua de Borba Gato é incendiada em São Paulo | SP | G1 \(globo.com\)](#) Acesso em: 12 out. 2021

FERNANDES, Rafaela A. Antimonumento e Testemunho: dispositivos estético-políticos contra a saturação da memória. Kínesis (Marília), v. 14, p. 418-443, 2022.

Disponível em:

<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/kinesis/article/view/13599> Acesso em 25 maio 2023.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos – Ressonância, Materialidade e Subjetividade: as culturas como patrimônios in Horizontes Antropológicos/ José Reginaldo Santos Gonçalves. - Porto Alegre, ano 11, n. 23 p. 15-36, jan/jun 2005- Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/wRHHd9BPqsbsDBzSM33NZcG/?lang=pt&format=pdf>
Acesso em: 6 ago. 2021.

GONZALEZ, Lélia. [Conteúdo] Racismo e sexismo na cultura brasileira – Circuito Ubu. Artigo apresentado na Reunião do Grupo de Trabalho “Temas e Problemas da População Negra no Brasil”, no IV Encontro Anual da Associação Brasileira de Pós-graduação e Pesquisa nas Ciências Sociais, no Rio de Janeiro, em 31 de outubro de 1980.

Disponível em:

[Conteúdo] [Racismo e sexismo na cultura brasileira - Circuito Ubu \(ubueditora.com.br\)](http://ubueditora.com.br)

Acesso em 24 fev.2022

HISTÓRIA de amor é retratada em grafite gigante em Florianópolis. Catraca Livre, 8 de fevereiro de 2021, Página Inicial/Cidadania.

Disponível:

História de amor é retratada em grafite gigante em Florianópolis (catracalivre.com.br) Acesso: 24 de novembro de 2021

ICOM (1972). Resoluções da Mesa-Redonda de Santiago do Chile. Revista Museu. Disponível: [1972/ICOM - Mesa-Redonda de Santiago do Chile \(revistamuseu.com.br\)](http://revistamuseu.com.br)
Acesso 3 de jul. 2022

KILOMBA, Grada. Memórias da Plantação. Episódios de Racismo Cotidiano Rio de Janeiro: Cobogó, 2019, p.248.

LE GOFF, Jacques 1924 – História e Memória / Jacques Le Goff; tradução Bernardo Leitão, 3ª edição, Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1994. p. 535-553.

MACHADO, Carlos Eduardo Dias. A Construção da Raça Branca e a Suposta Incapacidade Intelectual Negra para a Ciência, Tecnologia e Inovação in Revista da ABPN • v. 10, Ed. Especial - Caderno Temático: Letramentos de Reexistência • janeiro de 2018, p.12-29

Disponível: abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/527 Acesso em mar. 2022

Memorial de Resistência de São Paulo. Exposição de Longa Duração .

Disponível em:

[Exposição de longa duração - Memorial da Resistência \(memorialdaresistenciasp.org.br\)](http://memorialdaresistenciasp.org.br)

Acesso em 13 de julho de 2021

Memorial de Resistência de São Paulo (2019). Plano Museológico do Memorial da Resistência de São Paulo/ MRSP – 2019 – 2023.

Disponível em:

[Microsoft Word - Plano Museológico do Memorial.docx\(memorialdaresistenciasp.org.br\)](http://memorialdaresistenciasp.org.br)

Acesso em 13 de julho de 2021

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Os museus e as ambiguidades da memória: a memória traumática. Conferência de abertura do 10º Encontro Paulista de Museus. São Paulo: Sistema Estadual de Museus de São Paulo, 2018. Disponível em:

<https://www.sisemsp.org.br/wp-content/uploads/2018/08/Ulpiano-Bezerra-de-Meneses.pdf> Acesso em 1 de jul. 2022.

MSEZANE, Sethembile. SETHEMBILE MSEZANE FALA SOBRE PORQUE USA SUA ARTE COMO RESISTÊNCIA: A história da África do Sul é feita com apagamento. Sethembile Msezane está recuperando a narrativa com seu trabalho. Jamie Matroos. Site Design Indaba. 22 de junho de 2018.

Disponível em:

[Sethembile Msezane fala sobre por que usa sua arte como resistência | Design Indaba](#) Acesso em 14 jul. 2021.

NASCIMENTO, Afonso. Usos do Rio da Prata pela Ditadura Militar Argentina, *Jornal do Dia*, 25 de abril de 2023. Disponível em:

<http://jornaldodiase.br/usos-do-rio-da-prata-pela-ditadura-militar-argentina/> Acesso em 23 de maio de 2023.

ORIÁ, Ricardo: ANTIMONUMENTO: Passados sensíveis, memórias traumáticas. Instituto Beasileiro de Direitos Culturais. 7 de outubro de 2020. Disponível: [Antimonumento: Passados sensíveis, memórias traumáticas \(ibdcult.org\)](#) Acesso: em 4 de agosto de 2022.

POLLAK, Michael - Memória, Esquecimento, Silêncio in *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

PRIMO, Judite. Conferência de Abertura com Judite Primo. Seminário Memória e Museologia LGBTQ+ Resistência. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=sjvrv5gdwlu>. Acesso em 10 jun. 2022.

RACISMO. In: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2022. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/risco/>. Acesso em: 23 maio 2022.

RACISMO. In: MICHAELIS, Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa Disponível em: [Racismo | Michaelis On-line \(uol.com.br\)](#)>. Acesso em: 26 jun. 2023.

RIBEIRO, F. K. *Musealizar a Queda*. MUSEOLOGIA & INTERDISCIPLINARIDADE Vol. 9, nº17, p.143 a 157, Ago./Dez. de 2020

Disponível em:

<https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/34557/27849> Acesso em 25 de maio de 2023

SANT'ANNA, Wania; MENEZES, Maria José. POR QUE NOSSAS VIDAS IMPORTAM: Enquanto houver racismo, não haverá democracia , edição 156, 1ª de julho de 2020 in site Le Mond Diplomatique Brasil. Acesso em 20 de abril de 2021. Disponível em: [Enquanto houver racismo, não haverá democracia - Diplomatique Brasil](#)

SILVA. Lautaro Ferrari de. EXPOSIÇÃO DA MEMÓRIA: Uma análise no Parque de la Memoria. Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação da Universidade federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Museologia, Florianópolis, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/232203> Acesso em: 25 maio 2023.

SCHUMAN, Lia Vainer. Entre o “encardido”, o “branco” e o “brnquíssimo”: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana / Lia Vainer Schuman; orientadora Leny Sato. São Paulo, 2012. Disponível em: [encardido-branco-branquissimo.pdf \(ammapsique.org.br\)](#) Acesso em 31 de maio de 2022.

—————-Racismo e Antirracismo: a categoria raça em questão - Psicologia Política. vol. 10. nº. 19. pp. 41-55. jan. – jun. 2010. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/277271054_racismo_e_antirracismo_a_categoria_raca_em_questao. Acesso em 19 maio 2022.

UNESCO (1972). Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural Natural. Disponível em: <https://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf> Acesso em: 1 jul. 2022.

————— (2002). Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural. Disponível em: [Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural; 2002 \(oas.org\)](#) Acesso em: 1 jul. 2022.

————— (2003). Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial. Disponível em: [Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial; 2003 \(iphan.gov.br\)](#) Acesso em: 30 de junho de 2022.

VIEIRA, A. M.C. L. Os Memoriais são um novo gênero de museu? Disponível em: • (mppr.mp.br) <https://memorial.mppr.mp.br/arquivos.file/memorial.pdf>, acesso em: 19 maio 2023.

VILELLA, Heloísa. Dos EUA para a Colômbia e o mundo: Vidas negras importam, por Heloisa Villela. Escrito em El Global. No site da Revista Fórum, 13 de setembro de 2020. Disponível em: [Dos EUA para a Colômbia e o mundo: Vidas negras importam, por Heloisa Villela | Revista Fórum \(revistaforum.com.br\)](#) Acesso em outubro de 2022.